

SESSÕES DO PLENÁRIO

1ª Sessão Ordinária da Convocação Extraordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 06 de janeiro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. LUCIANO SIMÕES “1º SECRETÁRIO ”

1º SECRETÁRIO: DEP. ELIEDSON FERREIRA *AD HOC*

2º SECRETÁRIO: DEP. MARIA LUIZA LAUDANO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Coroa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Herald Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (59)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal. Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a primeira sessão ordinária da convocação extraordinária.

Solicito ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Pela ordem, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, mesmo que V.Exª esteja assumindo interinamente a presidência, eu gostaria, já que estou lendo, no *Diário Oficial*, as matérias que entrarão em pauta nesta convocação extraordinária, de lembrar que foi feito, em dezembro, às vésperas de aprovarmos o Orçamento do Estado, aprovação esta que nos possibilitaria entrar em recesso...

(O Sr. Deputado Marcelo Nilo assume a presidência da Mesa Diretora.)

O Sr. Gaban:- Ah, o presidente Marcelo Nilo chega. É até melhor. Meu caro presidente Marcelo Nilo, fazendo uma questão de ordem, lembro, ao ler a pauta da convocação extraordinária, que em dezembro, às vésperas de aprovarmos o Orçamento que nos possibilitaria entrar em recesso, conforme determina o Regimento Interno da Casa, foi levantada pelo Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, a necessidade que o governo do Estado teria de aprovar uma série de projetos, sobretudo aqueles que versam sobre reajuste salarial, tendo em vista que o salário mínimo seria reajustado no mês de fevereiro, e se não houvesse uma convocação extraordinária para que se pudesse votar esses projetos que cuidam dos vencimentos dos servidores públicos do estado da Bahia, eles ficariam, pelo menos, um mês defasado.

Esse foi um dos motivos que possibilitaram, então, um acordo para a votação daqueles projetos que estavam na Casa junto com o Orçamento, e aqueles que ficariam para a convocação extraordinária, os quais o governo do Estado encaminharia a esta Casa, como efetivamente encaminhou, além dos remanescentes. Só para ver, Sr. Presidente, há três projetos aqui listados na convocação extraordinária que não fizeram parte do acordo naquela época.

Eu vejo aqui sete projetos na Ordem do Dia. Podemos até votá-los a partir de hoje. São, exatamente, os sete primeiros projetos que V.Ex^a colocou na convocação extraordinária. Há, no item 14, o projeto de lei complementar nº 91, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências... (Pausa) Bem, não é isso, Sr. Presidente. A relação de V.Ex^a está diferente.

É o projeto de lei de nº 17.710/2008, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a organização, planejamento, fiscalização e poder de polícia do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado da Bahia. Este é um projeto extremamente importante. Há muitos anos, nós todos, nesta Casa, estamos lutando para que este projeto seja aprovado. Em tese, eu não tenho nada contra. Eu acho que a Casa tem de aprovar este projeto. Mas acho que na convocação extraordinária, não, porque nós temos 25 projetos. Este não fez parte da negociação para a votação. E nós precisamos estudar este projeto para que não votemos alguma coisa sem conhecimento. E o transporte alternativo na Bahia é uma realidade que todos nós, deputados, conhecemos, de muitas dificuldades.

Juntamente com este projeto, Sr. Presidente, há, no item 20, outro projeto de lei. É uma PEC que está incidindo no artigo 139 da Constituição do Estado da Bahia. A PEC também não teve acordo para votação na convocação extraordinária.

E o mesmo também com relação ao projeto de lei que dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado da Bahia. Não sei se é polêmico. Não li. Não tenho conhecimento. Esse projeto chegou no dia 30 de dezembro e também não fez parte da negociação.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de ponderar a V.Ex^a para que seja respeitado o acordado, na época, entre todas as Lideranças da Casa, até porque foi acertado que tudo que viesse sobre o funcionalismo público – e vieram vários projetos, ótimo –

não haveria nenhum tipo de obstrução, haveria todas as facilidades regimentais para a aprovação se houvesse a concordância das categorias. O que, naturalmente, teremos tempo para analisar, já que há sete projetos na Ordem do Dia, que podem ser votados a qualquer momento.

A minha ponderação é neste sentido: que esses três importantes projetos que chegaram à Casa agora, já fora do período de acordo, não sejam colocados na convocação extraordinária. Não vamos prejudicar a pauta que já está sendo feita. Deixaremos este projeto sem analisar e deixaremos para votar, naturalmente, depois do dia 15 de fevereiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, primeiro, eu gostaria de dizer que eu não tenho conhecimento de acordo. Eu não vi os Líderes do governo fazendo acordo. Quero dizer também que a convocação foi um ato do presidente, e não foi pedido do Líder do Governo. É óbvio que eu consultei diversos deputados informalmente sobre a possibilidade. Quero dizer a V.Ex^a que o que foi acordado entre os Líderes não precisa nem consultar o presidente, porque, com certeza, vou deferir. Se os deputados Gildásio Penedo, Elmar, Ronaldo Carletto e Waldenor fizerem qualquer acordo com relação a qualquer projeto, inclusive V.Ex^a está dizendo e merece toda a minha credibilidade, pode ter certeza de que a Presidência vai deferir esse acordo, porque quando os Líderes acordam, não tem por que a Presidência não concordar.

Nós colocamos todos os projetos, exceto o da CGE e o do Fisco, que foram um pedido, não um acordo, dos deputados de que não fossem colocados nesta convocação. Quero dizer a V.Ex^a que o que os deputados Waldenor, Gildásio, Elmar, Carletto e V.Ex^a, que apesar de não ser Líder é um deputado que tem influência, diga-se de passagem, V.Ex^a ajudou muito na condução dos trabalhos no fim do período passado, V.Ex^as me trazendo o que foi acordado...

O que a Presidência fez? Pegou todos os projetos, exceto o da CGE, o do Fisco e o da Cultura, porque não estava havendo acordo entre os Líderes para votar, então não colocamos. Quero dizer aqui em público: se houver um acordo dos Líderes para colocar o do Fisco, eu colocarei inclusive num aditivo. Então, quero dizer a V.Ex^a o seguinte: reúna os Líderes e o que eles me trouxerem eu vou deferir.

O Sr. Gaban:- Presidente, a resposta de V.Ex^a atende plenamente ao que solicitei. Muito obrigado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, considerando tratar-se da primeira sessão nesta convocação extraordinária, eu queria solicitar do Líder em exercício, deputado Heraldo Rocha, a aquiescência, a concordância, se assim for possível, de suspendermos a sessão pelo prazo de 30 minutos para que nós possamos rapidamente passar informações, tanto uma Bancada como a outra, dos projetos que serão votados, dos entendimentos que foram mantidos pelas Lideranças. Alguns colegas também estão solicitando informações, o que vai se votar, quais os projetos. Então,

suspenderíamos por 30 minutos e passaríamos informações cada um a sua Bancada e, em seguida, retornaríamos para os trabalhos regulares.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, um abraço, já estive com V.Ex^a. Feliz Ano Novo a todos os Srs. Deputados, aos servidores da Casa e aos visitantes que nos dão a honra.

Eu queria argumentar com o deputado Waldenor que o deputado Gildásio Penedo esteve com ele reunido, mas hoje, por uma questão de eu estar atendendo a diversas categorias em meu gabinete, não tive como dialogar com o deputado Gildásio. Então eu sugeriria, Sr. Presidente, que nós déssemos seqüência a nossa reunião e, posteriormente, o deputado Líder da Maioria, com o deputado Líder da Minoria tivessem uma conversa e, se for o caso, nesse ínterim, se suspendesse por 20 ou 30 minutos apenas para esclarecimento. Mas eu sugeriria que déssemos continuidade à sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com o compromisso de não pedir verificação de quórum.

O Sr. Heraldo Rocha:- Claro, é evidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Waldenor, com o acordo de não pedir verificação de quórum, V.Ex^a poderia reunir sua Bancada e o deputado Heraldo ou quem quiser usar a tribuna, enquanto isso o deputado Waldenor fica liberado para conversar com sua Bancada, porque é um momento em que estão todos presentes. V.Ex^a concorda?

O Sr. Waldenor Pereira:- Concordo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente

(...) Solicito ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Eliedson Ferreira, faz a leitura do expediente.)

OFICIOS

Do Dep. Luiz Augusto, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03/11, 15, 16 e 17/12/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Joélcio Martins, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 13 e 28 de outubro e 16 e 26/11/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Elmar Nascimento. (Pausa) Na desistência, com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, demais parlamentares, queria saudar a todos os presentes às Galerias Paulo Jackson e desejar a todos que estão nos assistindo um feliz 2009. Que neste ano possamos avançar nas conquistas sociais, seja na Bahia, no Brasil ou no mundo.

Em 2008 já tivemos grandes avanços, mas precisamos melhorar muito mais em 2009. Portanto, eu desejo a todos que 2009 seja realmente um ano de muitas vitórias, de muitas conquistas e que consigamos reduzir ainda mais as desigualdades sociais, o desemprego, para que possamos caminhar na construção de uma sociedade de paz e justiça social. Que contribuamos para a resolução dos diversos conflitos não apenas nacionais, mas também internacionais, a exemplo do ataque de Israel aos palestinos. Enfim, avancemos realmente neste ano.

O nosso partido foi o que mais cresceu nas eleições municipais do ano passado. Nós elegemos 18 prefeitos, sendo que na eleição anterior não tínhamos eleito nenhum, ou seja, não tínhamos conquistado nenhuma prefeitura. Elegemos o prefeito da quarta maior cidade do Estado da Bahia, Juazeiro, e no dia 1º todos os prefeitos tomaram posse, inclusive os do PCdoB. Participamos de várias posses.

Estive presente a três de prefeitos do PCdoB. Estive na posse da prefeita Dr^a Irismar, em Gandu, um município importante, pólo regional. Sem dúvida nenhuma, ela transformará aquela cidade numa referência no Estado da Bahia.

Fui à posse do prefeito Emanuel, em Rodelas, um camarada que teve uma das vitórias mais bonitas. Sempre faço essa referência porque ele foi perseguido, tentaram exilar o companheiro Emanuel, de Rodelas, expulsando-o da sua cidade. E a população respondeu trazendo-o como prefeito e derrotando os seus perseguidores. Portanto, foi uma das vitórias mais bonitas que considero. Em que pese a ser uma cidade pequena, com uma população também pequena, foi uma vitória realmente significativa.

Também estive presente à posse do prefeito Valtinho, companheiro bancário do Banco do Nordeste e que venceu as eleições no município de Heliópolis. Sem dúvida nenhuma, Valtinho, que foi um excelente gerente, e continua sendo um excelente administrador do Banco do Nordeste, fará uma administração exemplar em Heliópolis. Portanto, a perspectiva é de que as 18 prefeituras do Partido Comunista do Brasil se transformarão em administrações referência para o nosso Estado e para o Brasil. Essas 18 prefeituras são significativas e, sem dúvida alguma, contribuirão para o projeto progressista e popular que vem transformando o Estado da Bahia e o Brasil.

Quero desejar também, sucesso a todos os administradores, a todos os prefeitos do Estado da Bahia empossados no dia 1º, em especial aos prefeitos do meu partido, Partido Comunista do Brasil.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado do PT,

Bira Coroa, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, deputado Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. Servidores, Sr^{as} Servidoras, Srs e Sr^{as} da Imprensa, senhores e senhoras visitantes. Em primeiro lugar, nobre deputado Presidente, quero desejar um ano de paz, de muita harmonia, saúde acima de tudo, e de realizações para todos os pares desta Casa e, conseqüentemente, a todos os servidores.

Sr. Presidente, hoje, inicia-se uma jornada extraordinária nesta Casa. Com muita satisfação, desde o dia de ontem, estive nesta Casa e repercute um momento de conquistas, pela participação e pela presença de setores estratégicos da nossa sociedade. Na sua grande maioria servidores públicos do Estado da Bahia que estão acompanhando com as ações de interesse de classes, desenvolvendo a ação democrática e a cidadania, acompanhando o processo de debate, de discussões, de apresentação de emendas aos projetos-leis que constam da pauta desta convocatória e que atendem a interesses históricos da categoria, os servidores públicos do nosso Estado.

Há de se destacar a importância exata desta convocação, mas, acima de tudo, da conquista do direito democrático da nossa sociedade, em utilizar esse espaço, como a Casa, de fato, de interesse, debate, discussões e de consolidação de conquistas significativas para as diversas categorias. Por isso é que parablenizo a todos que estão acompanhando este processo, estão fazendo valer o direito democrático, mas que estão, acima de tudo, reafirmando o direito cidadão.

E assim, Sr. Presidente, é que ao longo deste mês teremos inúmeros projetos em debate, uns mais calorosos do que outros, mas, na essência, destaca-se o compromisso desta Casa em relação à ação de interesse do povo e, conseqüentemente, de firmar conquistas históricas e importantes, para os servidores públicos do nosso Estado.

Não poderia deixar de destacar, Sr. Presidente, a importância de termos em debate nesta Casa, um projeto que regulamenta a ação da Polícia Civil do nosso Estado. Durante 40 anos busca-se o reconhecimento, a valorização e o respeito a uma categoria estratégica e importante do nosso Estado. E agora temos a oportunidade, nobre presidente – nem digo de premiá-la, pois não se trata de prêmio –, de respeitá-la e valorizá-la, discutindo e aprovando um projeto que cria a Lei Orgânica que regulamenta as suas ações e funções.

Quem ganha com esse projeto, Sr. Presidente, é a sociedade baiana! E foi por isso que, entre outros projetos que estaremos discutindo ao longo deste mês, fiz questão de destacar logo esse. É claro que todos os 25 projetos que constam desta convocatória são relevantes, teremos a oportunidade de destacá-los um a um, mas quero desde já realçar a importância da organização e da luta dos servidores públicos, em especial dos policiais civis e militares, por estarem acompanhando todo este processo passo a passo.

Concluo, Sr. Presidente, parabenizando os policiais civis da Bahia através do Sindpoc, haja vista o poder de representação, de unidade e, acima de tudo, o compromisso dessa entidade na busca da consolidação da sua categoria e do que a

sociedade espera dela.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu nobre colega João Carlos Bacelar por até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, neste início de convocação quero fazer uma saudação a todos os nobres parlamentares na pessoa do deputado Professor Valdeci, que passa a integrar este colegiado e, com certeza, trará grandes contribuições.

Mas, Sr. Presidente, 53 homicídios foram praticados em Salvador e na Região Metropolitana a partir dos primeiros minutos de 2009...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado João, sem querer interrompê-lo, gostaria de saudar o nosso querido ex-deputado Magalhães, que nos visita.

Retorno a palavra ao deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, Sr. Presidente, a presença do ex-deputado Magalhães coincide com este momento de tragédia que a sociedade baiana, mais especificamente a soteropolitana e os moradores da Região Metropolitana, atravessa.

O aumento da violência surpreendeu até as autoridades da Secretaria da Segurança. Pense em um absurdo, há um precedente na Bahia. Diante de 53 mortos, deputado Eliedson, observe o que ouvimos do Sr. Secretário da Segurança: “Esse número só deveria ter sido alcançado no próximo dia 11 de janeiro”. É essa a política de segurança deste governo incompetente! É essa a política de segurança de um governador que não trabalha, que passa os seus dias fazendo a politicagem mais baixa, mais rasteira e mais retrograda, dando sinais de incivilidade e de despeito à população soteropolitana ao não comparecer à posse do prefeito João Henrique no último dia 1º.

O Sr. Governador, o governador da insegurança, do caos na educação, da redução do emprego e da renda, não ofendeu o prefeito João Henrique, ofendeu a população soteropolitana.

Sr. Presidente, mudam os nomes, mas as práticas continuam as mesmas, e o que é pior, como não conseguem imitar a quem eles acusavam dessas práticas sai uma cópia muito mal feita, desse governador que apresenta para a Bahia retrocesso em todas as áreas. Da década de 1990 até 2004, 50% das mortes violentas em Salvador eram homicídios. No governo Wagner esse número sobe para 70%. 70% das mortes violentas, hoje, em Salvador e na Região Metropolitana, são de homicídios. Estudiosos avaliam o que todos já sabem: estamos vivendo um quadro crítico nos últimos dois anos, estamos numa crescente no número de homicídios, é uma crise anunciada que tende a se agravar.

O Sr. Governador mudou o secretário da Segurança, mudou o comandante da Polícia Militar, mudou o delegado chefe, mas a crise está na base de um governo que não tem norte e não tem rumo. Não precisa mudar nomes, o que precisa mudar é a forma de condução da política governamental.

O governador, volto a dizer, não tem apetite para o trabalho. Ele foi um ministro do Trabalho cujo o único grande projeto, o Primeiro Emprego, só conseguiu empregar um ou dois jovens em todo País. O governador não tem competência, não tem apetite para as tarefas administrativas e é por isso o desgoverno em que se encontra a área da segurança pública hoje. O governador não despacha com o secretário da segurança pública, o secretário é obrigado a despachar com o secretário de relações institucionais ou com a chefe da Casa Civil.

Como é que Salvador vive, hoje, uma situação quase comparável a que se vive na Faixa de Gaza, uma situação de guerra, e o governador não despacha e nem conversa com o Sr. Secretário da Segurança?

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 5 minutos.

Gostaria de registrar as presenças dos deputados João Bonfim, Gilberto Brito, J. Carlos, Emério Resedá, Sérgio Passos, Professor Valdeci, Paulo Câmera, Ivo de Assis, Clóvis Ferraz, Javier Alfaya, Isaac Cunha, Álvaro Gomes, Waldenor Pereira, Ferreira Ottomar, Heraldo Rocha, Gaban, João Carlos Bacelar, Maria Luiza Carneiro, Elmar Nascimento, Paulo Azi, Maria Luiza Laudano, Eliedson Ferreira e Bira Coroa.

Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, senhores das Galerias Paulo Jackson, quero saudar a todos, desejar um Feliz 2009 para todos os deputados, deputadas, funcionários e os que nos honram, hoje, com suas presenças.

Esta Casa, ao iniciar os trabalhos da convocação extraordinárias, dia 06/01/2009, depara-se, mais um vez, com as manchetes dos jornais desses primeiros dias de 2009, todas refletindo a questão da criminalidade no Estado. A partir de 2007 tivemos um aumento assustador da criminalidade, em todas as modalidades não só em Salvador e região metropolitana, mas em todo o Estado, desde os municípios pequenos até as cidades grandes da Bahia.

Não entendemos até hoje este assunto sob debate ao longo desses últimos 2 anos, focando na questão de que até hoje o governo não estabeleceu a gestão de segurança que viesse a dar resultados positivos, o que estamos vendo é o aumento da violência e insegurança do cidadão baiano.

Irei ler o editorial do jornal *A Tarde* de hoje. Peço que seja incluído nos anais desta Casa:

(Lê): *Safra de Crimes*

“Houve pelo menos 2237 pessoas assassinadas em Salvador e nos 11 municípios da região metropolitana em 2008. Para chegar a este dado alarmante, a equipe de reportagem de A TARDE teve de consultar um livro de difícil e penosa leitura: o de Liberação de Cadáver, do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues.

Mesmo assim, seus assentamentos são parciais, pois nele só figuram como

mortes violentas as causadas por arma de fogo. Os óbitos provocados por arma branca – facas e assemelhados – só merecem aquela classificação após laudo da Polícia Técnica, que não parece cientificamente aparelhada para um trabalho rápido e preciso.

Com base na manipulação de estatísticas extraoficiais é que pôde ser montada esta câmara de horror: 1.223 homicídios registrados em 2006, com acréscimo de 3,3% sobre 2005; 1.665 em 2007, portanto 36% a mais em relação a 2006; e por fim, 2.237 em 2008, ou seja, 34,3% a mais que em 2007.”

Então vemos que nos anos de 2007 e 2008 as estatísticas aumentaram assustadoramente.

(Lê) “ *A violência contra a pessoa está em franca escalada. A média diária de seis óbitos, nos atrasados e incompletos registros oficiais de 2008, apenas referentes ao primeiro semestre, pulou, nesses primeiros dias de janeiro, para 11 por dia. Na sua aparente frieza, estes números estarrecem. São prova de que o crime, mal enfrentado e mal combatido pelas autoridades, cresce dia a dia, ano a ano, na capital baiana. Três anos atrás, a média diária estava em quatro*”

Passou para oito e já está em 11.

((Lê) : “ *Se há pouco empenho na coleta e divulgação de estatísticas completas, fácil é deduzir que o setor de segurança pública atua em ritmo inferior ao da capacidade de alastramento do crime – em especial, o homicídio. Nessa maratona, o crime aumentará a dianteira, ao ponto de sujeitar as autoridades, tornando-as impotentes e desmoralizando o aparato repressivo.*

Se existe na Bahia um setor em que a crueza dos fatos provoque perplexidade e indignação em alto grau, é este da violência contínua. A experiência de outros é aqui tomada por modelo. Em época de grande avanço tecnológico é inadmissível, e até ridículo, que faltem, além de um enfrentamento mais vigoroso da criminalidade desenfreada, dados capazes de esboçar – ao menos isso – uma política de segurança pública que as tragédias diárias exigem”.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, vemos que é alarmante o que está acontecendo no Estado da Bahia a partir de 2007. O ex-governador Paulo Souto implantou um modelo de gestão na área de segurança que ninguém considerava como 100%, mas pelo menos coibia esse número alarmante de crimes, associado a diversas modalidades desde o tráfico de drogas, as quadrilhas de assalto a bancos até os pequenos delitos. Havia um aparelho de segurança que atuava, operava. O que estamos vendo é que continua a mesma Polícia Militar...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) continuam os mesmos policiais civis. O que não entendemos é por que neste governo é tão alarmante este índice de criminalidade e esta violência assustadora, tanto na capital, na Região Metropolitana como em todo o Estado. Entendemos sim, é falta de gestão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban. Na desistência dele, com a palavra o deputado Heraldo Rocha.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, já o fiz, mas o faço novamente saudando a todos, desejando um Feliz Ano Novo, um 2009 com muito desenvolvimento nesta Casa. Saúdo também os companheiros servidores desta Casa que nos dão um apoio muito grande nos nossos trabalhos, tanto os servidores dos nossos gabinetes como os efetivos. Por fim saúdo os visitantes que nos dão a honra da presença.

Sr. Presidente, esta convocação extraordinária já iniciamos com muitos temas que deverão ser discutidos. Vejam que os deputados que nos antecederam, João Carlos Bacelar, Clóvis Ferraz, Álvaro Gomes, já vieram tratar de temas importantes, além dos projetos que o governo enviou a este Poder no final do ano e no início deste para que possamos neste recesso analisá-los e discuti-los.

Não temos nenhum compromisso com o Exm^o Sr. Líder do governo de votar os projetos goela abaixo. Iremos analisá-los, estarão em pauta para serem discutidos e votados favoravelmente àqueles que considerarmos necessários, que as categorias, que estão nos dando a honra das suas presenças, acordem a respeito dessa votação.

Hoje pela manhã em nosso gabinete recebemos a visita de diversas categorias como a dos procuradores do Estado, dos defensores públicos, dos analistas técnicos, dos policiais civis e também do Sindsefaz que ouvimos atentamente, e o papel do parlamentar é ouvir, acolher as informações de todos os segmentos, analisar com serenidade e votar com a consciência tranquila.

Já tratamos aqui e vamos tratar no Grande Expediente de um grave problema que acomete a população da Bahia que é a situação da insegurança que vive o nosso Estado. Isso é grave! Semelhante a tragédias como a do Iraque e da Palestina. Na verdade, o tema da segurança tem que ser discutido porque, com todo o respeito que temos ao Exm^o Sr. Governador, eleito pelos baianos no primeiro turno, não apresentou uma política pública de segurança.

Como disse muito bem o deputado João Bacelar, não é o fato de mudar o secretário da Segurança, o comandante da Polícia Civil, o delegado-chefe que vai resolver ou pelo menos minimizar os graves problemas da segurança pública. Temos que melhorar a qualificação da nossa polícia, seja a Militar, seja a Civil.

No final do ano passado votamos a reestruturação da Polícia Militar. Urge que votemos também, no mais breve espaço de tempo possível, desde que acordado pelas categorias, a Lei Orgânica da Polícia Civil. Já é um passo. Não vai resolver o problema, mas já é um avanço para que a categoria sinta-se segura para desenvolver sua atividade. Temos urgentemente de adequar a nossa Polícia a novas metodologias, a um serviço de inteligência que possa auxiliar na investigação.

Trataremos deste tema, Sr. Presidente, no Grande Expediente, que é do nosso partido, com mais detalhe.

Mas quero dizer que o assunto segurança pública... Sr. Governador, assumo o governo. Desça do palanque, porque, dessa maneira, o povo da Bahia não pode sair

de suas casas. V.Ex^a é o responsável pela insegurança e pela situação em que se encontra o povo da Bahia, refém da bandidagem e do narcotráfico. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Não havendo mais nenhum deputado inscrito para o Pequeno Expediente, Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, radiouvintes da Rádio Oposição, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, visitantes que nos dão a honra de suas presenças, nesse final do ano passado, início deste ano, a nossa assessoria levantou uma série de dados a respeito da Segurança Pública do nosso Estado. Não queremos ser levianos. Não queremos levantar dados estatísticos fictícios. Não somos do caos. Somos, sim, de apresentar dados corretos que a própria Polícia tem nos seus anais. Hoje, e há pouco tempo, o deputado Clóvis Ferraz e o deputado João Carlos Bacelar falavam a respeito da situação.

Fui chamado a atenção por um assessor nosso da liderança para que eu lesse o editorial “*Safrá de crimes*”, publicado hoje no jornal *A Tarde*. Safrá de Crimes! Mandamos, inclusive, um requerimento para incluir nos anais da Casa essa matéria. Muito bem feito esse editorial. Uma matéria muito bem escrita pelos jornalistas Samuel Lima e Helga Cirino: “*Grande Salvador já conta com 50 homicídios.*” É grave! Números, deputado João Carlos Bacelar: 2.189 homicídios foram registrados pela Secretaria da Segurança Pública em 2008, na Grande Salvador. Um ano antes, foram registrados 1.665, e 1.223. É o número de homicídios registrado pela Secretaria da Segurança Pública em 2006. O avanço mostra um crescimento da violência – 2 237 mortes. Foram registrados como homicídios na Grande Salvador, pelos números levantados pelo jornal *A Tarde*. São 48 mortes a mais do que os anunciados pela Secretaria da Segurança Pública. E 50% das mortes violentas registradas em Salvador, de 1990 até 2004, eram homicídios. Agora, são 70%, dez por dia. Essa vem sendo a média diária de homicídios em Salvador e na Região Metropolitana. Dez homicídios por dia!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos numa tragédia! Estamos vivendo um momento grave! E o governo não se manifesta! Temos que envolver os órgãos do governo e os da sociedade civil. A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Bahia, tem que se manifestar! As organizações não governamentais de direitos humanos têm que se manifestar! Estão morrendo jovens negros, analfabetos e pobres, não só da periferia de Salvador, mas da periferia das pequenas, médias e grandes cidades do interior.

Está aqui, não é levantamento fictício. (lê:) *Política e Cidadania*, um blog de *A Tarde on line*. *Violência se combate com prevenção. Sete pessoas assassinadas*

ontem.

Responda, Sr. Governador! Desça do palanque, Sr. Governador! Sete pessoas assassinadas ontem. E o Orçamento? E o Orçamento? Foi ampliado para treinamento dos policiais, para a melhoria dos seus salários? Foram contratados novos delegados de polícia concursados? E já realizado o curso da Acadepol, já homologado o concurso? Não, não foi tomada nenhuma providência, a não ser pintar os carros da polícia de outras cores e comprar um carro blindado para o Exmº Sr. Governador.

O Sr. Gaban:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou dar um aparte a V.Exª, deputado Gaban.

Mas vou mostrar, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, o deputado Gildásio Penedo, por diversas vezes, no exercício do mandato passado, denunciou desta tribuna o Orçamento da Secretaria da Segurança Pública, que era de 11,71% em 2006 e passou a 11,12% em 2007, e olhem, senhoras e senhores, em 2009, 10,09%. Esse dado não é do deputado Heraldo Rocha, não é da Bancada de Oposição, é do governo do Estado da Bahia, da Secretaria da Fazenda. Esse dado não é nosso! Este governo, dito republicano e democrático, que apresentou o boleto do servidor para se eleger, reduziu o seu Orçamento para 10,09% na área de segurança. Portanto, segurança não é prioridade neste governo. Ah! Mas faltam recursos? Não, o secretário estadual da Fazenda, em audiência pública nesta Casa, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, disse que o governo tem 2 bilhões e 25 milhões no caixa do Estado. O problema que conversava há pouco com o delegado Magalhães é de competência, é de gerência, é de gestão pública, é de compromisso com a sociedade civil.

O Sr. Gaban:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Heraldo Rocha, V.Exª faz um pronunciamento bastante consubstanciado no momento em que as atenções estão voltadas para a Faixa de Gaza, onde já há cento e tantas pessoas mortas, assassinadas neste bruto conflito lá naquela região. E o senhor apresenta mais de dois mil assassinatos aqui na Bahia.

Vejo membros da Polícia Civil nesta Casa, e alguns têm nos procurado. Aqueles concursados que saíram no Diário Oficial, muitos deixaram seus empregos porque tiveram a garantia de que após a realização de treinamento assumiriam as suas funções nas dezenas de delegacias que estão sem delegado no interior. Porém até agora estão a ver navios. E o que vemos é um número alarmante de assassinatos.

V.Exª frisa com toda a certeza, desenvoltura, e razão sobretudo, que o que apresentou foi apresentado pelo próprio governo do Estado a esta Casa. E em nenhum momento nós titubeamos. Aos 63 parlamentares foi apresentado não só o orçamento da Secretaria da Segurança Pública. Disponibilizamos qualquer acordo de Lideranças para que viesse qualquer incremento que beneficiasse essa área. Todos os projetos pertinentes a ela foram aqui aprovados, mas infelizmente não vemos nenhuma melhoria. Estamos acompanhando a degradação da segurança pública em nosso Estado.

Já disse o deputado João Bacelar hoje nesta Casa que não adianta mudar os

nomes se não se muda a postura, e estamos cansados de esperar. Antes só ouvíamos que pessoas tinham sido assassinadas, mas hoje são pessoas conhecidas que têm sido assassinadas e sem nenhuma providência sendo tomada. Essa manchete internacional dos assassinatos que estão ocorrendo na Faixa de Gaza, se souberem o que está acontecendo na Bahia, coitada da Bahia! Vai servir como manchete internacional, e não mais nacional.

Gostaria de parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento que faz com dados, elementos, da forma como tem de ser feito: correta, objetiva, sem subterfúgios. Enfim, mostrando a verdade porque ela aparecendo talvez alguma providência seja tomada. Estamos aqui nesta Casa. Então que venha alguma medida até nesses 28 projetos, deputado Heraldo Rocha, que chegaram para a nossa apreciação. Deles, três estavam acordados que não seriam votados, e apenas oito já estavam na Assembleia. Os outros 20 só chegaram aqui depois do nosso recesso, ou seja, a partir do dia 15 de dezembro.

E o que quero dizer com isso? Que aproveitemos este pronunciamento de V.Ex^a. E, se o governo quiser trazer algum projeto que melhore a segurança pública, nós o incluiremos por acordo de Lideranças e vamos aprová-lo. O que não podemos é continuar lendo projetos aqui nesta Casa, porque é impossível depois que entramos em recesso 18 projetos chegarem e aí querer votá-los numa convocação em 12 dias úteis, talvez. Votar 28 projetos em 12 dias úteis é uma irresponsabilidade. Teremos a mesma irresponsabilidade que tivemos quando aprovamos o projeto do Judiciário, um relatório de 300 páginas lido na calada da noite, porque terminou de ser elaborado depois das dez horas da noite. Aí é que começou a ser lido.

Aprovamos também sem ter conhecimento o projeto da Polícia Militar antes de entrar no recesso acreditando que atenderia. O Judiciário está com três projetos aqui na Casa para corrigir aquela reforma que aprovamos sem ler. Aprovamos, repito, o projeto da Polícia Militar sem ler. O relatório tinha acabado de sair da sala de Geraldo Mascarenhas, que o estava elaborando, e veio aqui para leitura imediata. Ninguém soube o que aconteceu. E agora nós vemos dezenas de projetos, vemos aqui o da Polícia Civil, que estava aí em debate na mesa de negociação há quase dois anos. Esse projeto chega após o recesso, chegou dia 15, não o lemos. Já colocamos isso de várias formas e aproveitamos o pronunciamento de V.Ex^a. Queremos aprovar, sim, se atender o que deseja a Polícia Civil do nosso Estado, para que eles, bem atendidos, bem remunerados, satisfeitos, dêem a segurança que precisamos. Agora, não podemos em nenhuma hipótese a provar, não só o projeto da Polícia Civil, mas também qualquer projeto de aumento dos servidores públicos, sem que as categorias se manifestem publicamente. Estando satisfeitos, dispensamos formalidades, senão não vamos votar em convocação extraordinária, e nem nunca, por acordo de lideranças.

Parabenizo V.Ex^a pelo excelente pronunciamento que faz sobre a segurança pública em nosso Estado.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Eu é que agradeço a V.Ex^a e incorporo o seu aparte.

Antes de passar a palavra ao deputado João Carlos Bacelar, gostaria de colocar que a respeito do orçamento que votamos no final do ano passado.

(Lê) “*Área da Segurança Pública.*”

Foram apresentadas 12 emendas visando ao fortalecimento e reaparelhamento das Polícias Civil e Militar, além da própria Secretaria, como também de melhoria salariais e ampliação do quadro de pessoal da Polícia Civil.

As emendas foram para: na área de Pessoal: para atender reivindicação do Sindicato dos Delegados que pleiteia a ampliação do Quadro de Pessoal e a promoção do reajuste salarial da categoria com o escopo de corrigir as distorções existentes, considerando que esta categoria atualmente percebe o pior salário do País.

Demais áreas: Ampliação, Renovação da Frota de Veículos além da Conservação e Abastecimento de toda a frota de Veículos; Aquisição de Armamento, Aquisição de Munição para as polícias Civil e Militar; Aquisição de Equipamentos de Telecomunicações para o Sistema de Segurança Pública; Aquisição de Equipamentos de Proteção, além de Capacitação para Policiais Técnicos.”

Todas as emendas foram articuladas com a categoria. E pasmem, senhoras e senhores, rejeitadas pelo governo. Pasmem os senhores, rejeitadas pelo governo!

Contra fatos não há argumentos!

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Heraldo Rocha, parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a Essa devia ser uma questão que esta Casa deveria estar se debruçando hoje. Em 10 dias de ataque de Israel à Faixa de Gaza, 5 israelenses morreram. Na Bahia, em 4 dias, 53 baianos morreram.

Sabem o que acabei de ver agora num veículo de comunicação? O Sr. Governador sabem onde está? Tomando banho de mar em Inema. O Sr. Governador, com essa situação de intranquilidade em que vive Salvador, segundo o veículo de imprensa, às 10h30min, o helicóptero – porque ele anda de helicóptero para fugir da insegurança - do Sr. Governador desceu, ele em trajes de banho. E há poucos minutos ainda se encontrava nadando naquelas deliciosas águas da Baía de Todos os Santos.

É por isso! O governador em vez de estar trabalhando, em vez de estar enfrentando uma situação de guerra, o Sr. Governador está em Inema de férias, tomando banho de mar.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, deputado João Bacelar. Aqui tem dados da Polícia Técnica da Bahia: exames cadavéricos do IML: 5.642 em 2008; em 2007, 4.855; em 2006, 4.279; em 2005, 4.069; em 2004, 4.029; em 2003, 4.178. São dados da Polícia Técnica da Bahia.

Sr. Presidente...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Existe um orador na tribuna, gostaria de pedir silêncio. Há um orador na tribuna.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, exames cadavéricos do IML, são dados da Polícia Técnica da Bahia. Depois não venham dizer que é herança maldita, porque agora tudo de errado que tem neste governo é a herança maldita.

São dois anos de governo. Diz o Exmº Sr. Governador que vai começar a governar neste ano. Ano que vem é ano de eleição, ele já disse que é candidato a reeleição, praticamente não vai ter governo, ele vai cuidar é da reeleição dele, que está muito difícil. Na verdade, só temos este ano.

Quando o nosso deputado federal, Líder do meu partido na Câmara Federal, foi candidato a prefeito de Salvador, ele fez um debate trazendo a Salvador o Sr. Dr. Hugo Acero que é assessor de segurança da ONU, foi secretário de segurança pública da Colômbia, e participamos de um seminário com alguns técnicos das Polícias Militar e Civil da Bahia também com o Dr. Hugo Acero.

E uma das coisas que mais ele colocou no debate desse seminário, para Salvador especificamente, foi a melhoria da infraestrutura e de uma política social para que se pudesse, pelo menos, minimizar essa crise.

Mas o que a gente está sentindo, e o deputado Gildásio Penedo por diversas vezes já colocou desta tribuna, é que, enquanto a redução da criminalidade e da violência ocorre em São Paulo, no Rio, em Sergipe, em Goiás, na Bahia aumenta o índice da criminalidade e da violência. Então, o que está ocorrendo? Falta de comando, falta de gestão, falta de melhoria da qualidade para que os policiais civis e militares possam trabalhar com dignidade.

Assumo desta tribuna, em meu nome, que nós fomos governo no passado, tivemos nossos erros, mas, hoje, a situação é muito mais grave. O que assumiram de compromisso não estão cumprindo. Usaram o servidor público da Bahia como massa de manobra, a maioria, não estou dizendo que são todos, aqueles que ocupavam cargos nos sindicatos, hoje estão exercendo funções importantes na estrutura organizacional do governo.

Ora, eles vão defender a categoria ou os cargos que estão ocupando? É claro que vão defender os cargos que estão ocupando, os DAS 5, DAS, sei lá o que.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, dos 25 projetos enviados pelo governo para esta Casa para serem apreciados e discutidos, não tem nenhum que se fale de segurança pública. O projeto da Lei Orgânica da Polícia Civil é um caso a parte, mas eu falo que detalhes, estratégias, políticas de prevenção de segurança pública, não tem nenhuma.

Então, além do orçamento de 2009, vou repetir, isso é importantíssimo, o orçamento que em 2006 era de 11,71%, em 2007 era 11,12, em 2008 foi 10,87%, em 2009 vai ser de 10,09%. Não é prioridade a segurança pública para este governo.

Sr. Presidente, vou apenas mencionar o que já foi ventilado, para concluir o meu pronunciamento, que 2237 pessoas foram assassinadas em Salvador e nos 11 municípios da região metropolitana em 2008.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo patético, em nome da Bahia, por todos os parlamentares da Oposição e do Governo: Sr. Governador, ame a nossa terra, ame a Bahia, cuide dos baianos. Assuma o governo porque V.Ex^a foi eleito pelos baianos!

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria ou representante do PMN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, só quero informar a V.Ex^a que em acordo com a liderança da Oposição, deputado Heraldo Rocha, estaremos invertendo o horário. O PTN ficará como último desse bloco e nós vamos juntar 02 tempos, o do PMN e do PSB. Nesse tempo falará o deputado Getúlio Ubiratan por 06 minutos e o deputado Gilberto Brito por 14 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Getúlio Ubiratan pelo tempo de 06 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, exatamente há 1 ano fiz aqui neste Plenário, um contundente discurso a respeito da precariedade da segurança pública no Estado da Bahia. Ocupo novamente esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para demonstrar a minha indignação com relação ao descaso que infelizmente ainda persiste relacionado à segurança pública no Extremo Sul da Bahia.

Sempre tenho mantido minha coerência desde que assumi como deputado estadual, e é o 3º trabalho que eu e todos nós 62 parlamentares, compromissados com o progresso e com as reivindicações do nosso povo, devemos ter no exercício do nosso mandato. Mantenho a minha hombridade, como deputado da Base Governista, não apenas aqui neste Plenário, mas, nas incursões que tenho feito pelo Extremo Sul a cada semana, circulando por todos os municípios, andando, gastando sola de sapato, não apenas nas cidades, como também nas imediações: municípios de Vereda, Ibirapoã, Prado, Nova Viçosa, Mucuri, Alcobaça, e até em pleno feriado, Sr. Presidente, porque na passagem de ano eu estava numa comunidade do interior e defendi, numa reunião, o nosso governo e solicitei a compreensão do povo do Extremo Sul em relação às muitas reclamações que têm sido relatadas a este parlamentar.

Afinal de contas, Sr. Presidente, quem anda na base somos nós. Somos os interlocutores do povo das regiões onde fomos votados. O que questiono neste discurso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós parlamentares também sejamos respeitados, principalmente os que atuam na base governista.

Não quero com este discurso, em momento algum, passar uma antipatia em relação ao nosso governador Jaques Wagner. Mas, Sr. Governador, fui eleito através do voto do povo para representar a minha região, e tenho direcionado o apoio a V.Ex^a, e é lógico que esperamos que a recíproca aconteça.

Não a recíproca do lado pessoal e sim aquela em cima dos muitos questionamentos que o povo do Extremo Sul tem feito a este deputado. Afinal de contas, é uma das regiões do Estado da Bahia que mais tem crescido nos últimos 21 anos, com quase 1 milhão de habitantes. Temos lá o turismo na Costa das Baleias, no Parque dos Abrolhos, que fica na cidade histórica de Caravelas. Desde que assumi este mandato, tenho grudado, tenho sido chiclete na luta pela reativação dos nossos aeroportos de Caravelas e de Teixeira de Freitas.

Temos cobrado com insistência tudo isso, sem levarmos para a nossa região

uma resposta alvissareira. Um ano atrás, discurssei aqui a respeito da insegurança no Extremo Sul, tema tão reclamado pelo povo de lá. Levávamos essas reivindicações, através da Comissão de Segurança Pública, ao então secretário da Segurança Pública, e nada aconteceu realmente de efetivo para melhorar a situação.

Falo baseado no que acontece em torno das Polícias Civil e Militar da cidade de Teixeira de Freitas e de todo o Extremo Sul. Sei da falta de satisfação com que trabalham esses funcionários da Segurança, que têm reclamado, e muito, do salário mísero que recebem.

E é inegável que esses policiais não podem ter o orgulho de bater no peito para destacar a ação deles como servidores da Segurança Pública. E o nosso governo, infelizmente, não tem buscado a satisfação da categoria.

Faço aqui, neste momento, um apelo dos mais veementes em nome do Extremo Sul, sim, e também de toda a nossa Bahia com relação à insegurança e, principalmente, às dificuldades por que passam as Polícias Civil e Militar do nosso Estado.

Ontem, por exemplo, aconteceu uma rebelião no Complexo Policial, na delegacia de Polícia de Teixeira de Freitas, que só acabou por volta de 10h da noite, sendo necessária a presença do juiz do município, Dr. Argenildo, para tentar amenizar o que acontecia naquele momento.

Tenho algumas propostas e já enviei, inclusive, um documento ao Comando da Polícia Militar relacionado à situação ao Comando do 13º Batalhão. Temos a presença do Pelotão Especial da CAEMA, da região de Poço da Mata, que muito poderia contribuir para amenizar as dificuldades oriundas da presença de meliantes e bandidos que andam com muita facilidade na nossa região.

Os crimes de mando têm retornado a nossa região. Crimes estão acontecendo em plena luz do dia, e a insegurança e a impunidade permanecem. O policial continua, na nossa região e na Bahia, tendo que, muitas vezes, comprar a sua munição. Faltam viaturas, material para se trabalhar no Departamento Médico Legal da nossa região. Tudo isso em cima, infelizmente, do desrespeito que é praticado contra os servidores da Segurança Pública da Bahia mas, principalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, contra a nossa população.

Para concluir, Sr. Presidente, reitero aqui o mesmo discurso que fiz há um ano: Sr. Governador, socorra a nossa região do Extremo Sul em relação à segurança pública. Reative os aeroportos de Caravelas e Teixeira de Freitas, cumpra a promessa feita diversas vezes e por diversos secretários, a este deputado. Afinal de contas, continuo andando pela nossa região para brigar pelo nosso governo. A recíproca que estou pedindo ao nosso governador quero também que o senhor tenha com este parlamentar. (Palmas) Muito obrigado pela compreensão, pela tolerância com o meu tempo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre deputado Gilberto Brito pelo tempo de até 14 minutos.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, só para entender os “14 minutos”, porque regimentalmente...

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Houve um acordo dos tempos do PMN com o PSB, 10 minutos de cada. Ouve um acordo com o deputado Heraldo Rocha de que se fariam 20 minutos...

O Sr. Heraldo Rocha:- É verdade, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Solicito a V.Ex^a, até para não unir os tempos, que cada horário seja anunciado ao Partido correspondente, porque conceder 14 minutos... Regimentalmente não está previsto isso, Sr. Presidente. Se começarmos a criar alguma jurisprudência na Casa, depois para comandar fica difícil.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Eu sei, mas houve um acordo com o deputado Heraldo Rocha...

O Sr. Gaban:- Sim, mas nada impede que se anunciem os horários por partido. Ao terminar, o tempo pode ser prorrogado, mas que se anunciem os 14 minutos... Não tenho nada contra V.Ex^a, deputado Gilberto Brito, muito pelo contrário, V.Ex^a sabe do apreço que tenho por V.Ex^a, mas regimentalmente não podemos, Sr. Presidente, “data venia” anunciar os 14 minutos. Conceda os minutos do partido; depois, no horário do outro partido e assim sucessivamente, é só isso, para que possamos respeitar, no mínimo, o Regimento. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- V.Ex^a terá 10 minutos do PMN, mais 4 minutos do PSB.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr. Presidente, só em relação aos 10 minutos para um partido e 4 para o outro, parece-me que 10 mais 4 são 14, e 4 mais 10 também são 14. É a casa.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- V.Ex^a com a palavra.

O Sr. GILBERTO BRITO:- O tema trazido à baila hoje, Sr. Presidente, talvez eu devesse continuá-lo, mas me resguardarei para momento outro diante de um fato histórico verificado. Hoje tive a oportunidade de identificar isso, lendo uma matéria no jornal de Minas Gerais, e achei por bem, por se tratar de uma questão de ordem cultural, trazê-lo à Casa. Lerei meu pronunciamento, coisa que faço muito raramente. Irei fazê-lo por não conhecer aprofundadamente o tema, razão pela qual, procurei firmá-lo no papel para que não haja possibilidade, deputada Laudano, de algum engano. Saúdo os amigos e amigas presentes nas Galerias, que aqui estão na luta legítima, na busca dos seus direitos para a melhoria da condição de trabalho e de vida.

(Lê) “Nesta primeira semana de janeiro de 2009 todos nós deveríamos voltar nossas atenções para as lições deixadas por um homem que, ferido acidentalmente aos 3 anos de idade, ficou completamente cego aos 5 anos e persistiu no seu desejo de aprender a ler, a ter acesso às informações que a ciência lhe oferecia e culminou com o aprimoramento de um sistema especial de leitura para pessoas com deficiência visual. No último dia 4 completou 200 anos do nascimento de Louis Braille e hoje,

dia 6, 157 anos da sua morte. Louis Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809, no povoado de Coupvray, a 40 quilômetros a leste de Paris e perto da magnífica e extensa faixa de terras de cultura de trigo de La Brie. Filho de Simon-René, seleiro e fabricante de arreios do povoado, Louis era um garoto inteligente e curioso que, por tentar repetir os movimentos do seu pai no trabalho, aos 3 anos de idade feriu um olho com um instrumento de trabalho que seu pai usava na sua atividade laborativa.

Em pânico, seus pais fizeram tudo o que puderam: água fresca e linho branco para cobrir o olho que sangrava; uma velha mulher do povoado, que conhecia as propriedades de cura das ervas, levou água de lírio e eles puseram uma compressa sobre o olho ferido.

Mas naquela época os médicos não conheciam as causas nem o controle das infecções. Foi muito antes de o trabalho do cientista Louis Pasteur ensiná-los sobre germes e como a infecção se desenvolve e é transportada pelas mãos, pelas compressas e pelo ar. Foi mais de 100 anos antes de Alexander Fleming descobrir a penicilina, o primeiro antibiótico a curar infecções, matando germes perigosos sem causar danos ao paciente. O outro olho foi contaminado e ele perdeu, aos poucos, completamente a visão com apenas 5 anos de idade.

Aos 6 anos, Braille começou uma nova era para ele. Chegou à cidade um novo pároco que assim que conheceu Louis se afeiçoou a ele e iniciou uma série de lições a Louis. Contou histórias bíblicas, ensinou a reconhecer os perfumes, o toque das flores e a identificar os sons de diferentes pássaros e animais. Falava sobre as estações do ano e as mudanças que ocorriam durante o dia. Despertou nele uma profunda fé religiosa que o acompanharia pelo resto de sua vida.

Finalmente, chegou à idade escolar. Na escola do povoado havia um jovem professor: Antoine Bécheret. O abade foi logo procurar o professor para falar sobre Louis. A maioria das pessoas não viam sentido em dar a um menino cego as mesmas aulas dadas a outras crianças, mas Louis, esperto, inteligente, interessado em tudo que o cercava, certamente se beneficiaria ao ouvir as aulas, ao compartilhar a vida escolar com os outros meninos do local!

E foi assim que Louis Braille passou a ir à escola todos os dias. Desde o começo, só de ouvir, ele foi um dos primeiros da classe; ele havia decidido não aceitar que a sua cegueira pudesse ser uma prisão sem livros, um mundo sem a chance de se comunicar com seus amigos, registrar suas idéias ou fazer anotações. O pai de Louis martelava pregos na madeira formando as letras do alfabeto e Louis aprendia sozinho a reconhecê-las pelo tato. Outros relatos dizem que seu pai cortava o couro em formato de letras.

Aos 10 anos de idade, com o apoio do abade Palluy e do professor Bécheret, teve acesso a escola especial para cegos em Paris de Valentin Haüy. Os membros do Conselho da Instituição havia concordado em oferecer um lugar para Louis e estavam dispostos, ainda, a fornecer uma pequena bolsa de estudos para ajudar a pagar as mensalidades. A escola ensinava fabricar sapatos, trançar cestas, confeccionar cordas, fiar e tecer, fazer chinelos, consertar cadeiras.

Para ir para a escola Louis Braille convenceu os pais com um argumento que só

poderia ser fruto de mentes iluminadas: “Aqui, eu posso distinguir um pássaro do outro, pelo seu canto; posso reconhecer a entrada de nossa casa, pela trave de cima. Porém, jamais poderei aprender o que existe fora do meu ouvido e do meu tato. Só os livros podem libertar os cegos’.

Desde o início, Louis Braille mostrou-se um aluno atencioso e inteligente, que aprendia rápido. No seu primeiro dia de aula absorvia cada sílaba com fascinada atenção, e, no final, para grande surpresa do professor, pôde responder a todas as perguntas sem a menor hesitação. Durante milênios, as pessoas cegas foram consideradas inúteis, vivendo à margem da sociedade, principalmente pela impossibilidade de manejar armas e ferramentas de trabalho. Até hoje, em muitos casos, a falta da visão é caracterizada como fator de invalidez. Contudo, há referências históricas sobre pessoas cegas que, ao concentrar seu esforço nas outras possibilidades, superaram suas adversidades. Louis Braille, apesar das barreiras sociais de seu tempo, sempre acalentou o sonho de sair da faixa estreita que a sorte lhe impôs e estender este mesmo desejo aos irmãos cegos, como costumava dizer.

O alfabeto braile surgiu da decisão de Louis de aprimorar um sistema desenvolvido por um capitão da artilharia do exército do rei Luís XVIII, Charles Barbier; uma forma escrita usando somente pontos e traços em relevo. O capitão desenvolvera o método de modo que as ordens militares pudessem ser passadas secretamente entre os soldados, não importando o quão escuro estivesse, e batizara o sistema de “escrita noturna”. Até então os alunos cegos liam livros de Valentin Haüy, cujas páginas grandes eram preenchidas com enormes letras em relevo. O capitão Barbier ficara pasmado com a lentidão do processo de traçar cada contorno da letra e resolveu incrementar o trabalho, modificando sua “escrita noturna” (*night-writing*) para que pudesse ser usada pelos cegos. Barbier expôs o sistema – que havia rebatizado como sonografia – para o Dr. Pignier. Não usara letras individuais para soletrar as palavras, mas transformou sons inteiros em grupos de pontos e traços. O uso de pontos era algo novo. Todos os outros sistemas haviam sido baseados no alfabeto usado por pessoas de visão normal. Modificados, eles então podiam ser sentidos em vez de vistos. Aquela sugestão sobre pontos e traços foi suficientemente diferente para o Dr. Pignier ouvir com atenção e discutir a invenção com certa minúcia, até declarar que poderia ser testada com os alunos.

Louis e seus amigos ouviram falar do invento do capitão, pela primeira vez, quando o Dr. Pignier reuniu todos os alunos alguns dias depois. Houve então uma lenta e minuciosa descrição da invenção do capitão e para as poucas páginas em relevo que o dr. Pignier distribuía entre os meninos para serem examinadas com os dedos. Depois de experimentar, como os demais alunos, o sistema de Barbier, Louis Braille questionou: não se podia soletrar; fora planejado somente para representar palavras como uma coleção de sons. Não se podia pôr vírgulas, pontos finais ou qualquer tipo de pontuação nas sentenças. O capitão Barbier não havia programado nenhuma combinação de pontos para tal. Também era impossível acentuar palavras – parte essencial da ortografia francesa – ou escrever números, operar matemática, compor música... Havia muitos sinais para uma única palavra. Cada símbolo podia

equivaler a seis pontos, e uma única sílaba de uma palavra podia necessitar de 20 pontos. Isso era demais para sentir com um dedo, e havia muitos mais em cada grupo para ter de lembrar. Sem dúvida, era bem melhor que as letras em relevo de Valentin Haüy, mas gradativamente todos eles concordavam que eram, de fato, pontos demais, e os pontos não diziam o suficiente. Os detalhes precisos do encontro entre Braille e Barbier não foram registrados, mas sabe-se que Barbier ficou surpreso ao descobrir que um menino de 13 anos pretendia haver resolvido problemas que ele não conseguira.

Apesar de sua consideração pelas crianças cegas, para as quais desenvolvera a sonografia, o capitão Barbier não podia compartilhar a convicção de Louis da necessidade de um sistema tão elaborado. O que os cegos poderiam querer além da compreensão da comunicação básica? Por que desejariam um alfabeto completo, pontuação, até matemática e música, como aquele menino ambicioso estava sugerindo?

Ele não compreendia a ânsia por algo que permitiria aos cegos entrar totalmente no mundo da literatura e da ciência, aptos a ler e compor o pensamento mais complexo e comunicá-lo aos outros no papel.

Diante da obstinação do capitão Barbier, insistindo que o sistema era tão bom quanto necessitava ser, Braille desistiu de convencê-lo. Mas estava certo de que os melhoramentos poderiam ser feitos. Com ou sem Barbier, ele experimentaria e simplificaria.

O menino Louis iniciou sua busca. Trabalhava em todos os momentos extras que pudesse extrair do dia atribulado de aulas, recomeçando à noite, logo que o dormitório silenciava, prosseguindo nas primeiras horas da manhã, nas férias do longo verão, calculando, experimentando, revisando, continuando sem interrupção.

O princípio do Braille.

Em outubro, quando começou o novo ano escolar, Louis Braille sentiu que seu alfabeto estava pronto. Ele encontrara um modo de formar todas as letras do alfabeto, os acentos, sinais de pontuação e os signos matemáticos, usando apenas seis pontos e alguns pequenos traços horizontais.

Pela primeira vez, os alunos puderam tomar notas, copiar as passagens que gostavam, até o livro inteiro, como faziam as pessoas de visão normal. Mas Braille continuou experimentando e aperfeiçoando seu "pequeno sistema", como ele chamava. Em 1826, ainda um estudante de apenas 17 anos, começou a ensinar álgebra, gramática e geografia para os alunos mais jovens: o estudante cego estava tornando-se, rapidamente, um excelente professor para os cegos. Em 1828, com a idade de 19 anos, Braille tornou-se oficialmente professor da instituição e, quando a escola reabriu após as férias de verão, assumiu o ensino de gramática, geografia, aritmética e música.

Nos primeiros anos da década de 1830, Louis Braille esteve quase sempre enfermo. Por volta de 1835, foi se tornando impossível ignorar os crescentes sinais de que era portador de alguma doença: tuberculose. Os médicos resolveram mandá-lo de volta para casa, beneficiando-se do ar puro do campo. Mais tarde, em 1843, ele

retornou a Paris, mais revigorado. Por volta de 1850, Louis Braille sentiu que suas forças estavam chegando ao fim. Parou de dar aulas.

Louis Braille faleceu no dia 6 de janeiro de 1852, apenas dois dias depois de completar 43 anos, muito amado e lembrado, não apenas por todos aqueles que o conheceram bem e sentiram os benefícios de sua natureza honesta, amável e inteligente, mas também pelos que haviam sido influenciados e auxiliados por aquele humano e atencioso professor.

Só nas três décadas seguintes ele se tornaria famoso no mundo todo como o notável benfeitor dos cegos, o homem cujo trabalho constituiu a rota pela qual milhões de cegos iniciariam uma nova vida, podendo ler, escrever, comunicar-se, aprender, criar e exercer seus plenos direitos na sociedade como seres humanos cultos e educados. O alfabeto braille, como passou a se chamar o sistema por ele criado, só foi oficializado em 1887, num congresso internacional, em Paris.

Agradeço a V.Ex^a a tolerância.

E talvez Braille, que possibilitou que cegos enxergassem a sociedade, ainda não tenha permitido a superação das diferenças sociais para que se possa dar educação digna a todos que buscam um pôr-do-sol de felicidades.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou ao representante do PTN, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Sandro Régis. E pelos outros 5, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Deputado Sandro Régis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos das Galerias Paulo Jackson, amigos da *TV Assembleia*, infelizmente começa o ano de 2009 e a Bahia vive os mesmos problemas. Este governo de propaganda, discurso e palanque, deputado Paulo Azi, ainda não começou a trabalhar para resolver os problemas da sociedade baiana.

Trago aqui uma estatística que muito nos entristece pela falta de planejamento em relação à segurança pública no nosso Estado. A média de homicídios em 2006 era de 4 por dia, deputado Elmar Nascimento. Em 2007 passou para 5. E em 2008 para 6.

Nos primeiros dias deste ano, deputado Paulo Azi - estamos no dia 6 de janeiro -, já estamos com uma média de 10 homicídios diários. Em 2006 foram 1.223. Em 2007, 1.665. E em 2008, deputado Paulo Azi, 2.189. Isso prova que este governo é o governo da balela. Este governo, deputado J. Carlos, que sei que V.Ex^a se esforça para defender, é o governo da propaganda, é o governo da enrolação, é o governo da mentira! Tenta enganar os baianos com propaganda do PAC, do Acelera, do Hospital do Subúrbio, do Ronda nos Bairros, e nada disso acontece na realidade!

O que nós vemos é o povo morrendo por falta de planejamento na segurança pública. O que nós vemos é um governo pequeno cujo governador não vai nem à posse do prefeito da capital. O que nós vemos é um governo que se diz republicano,

mas na verdade é um governo perseguidor. O que nós vemos é uma Bahia acabada, é uma Bahia, deputado João Carlos Bacelar, abandonada! É uma Bahia que se preocupa com propaganda, com discurso, mas não se preocupa em resolver as questões que afligem a população baiana.

Recebemos aqui um *e-mail* que nos informa que existem 140 municípios sem delegados titulares no nosso Estado: Cardeal, Ipecaetá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Tanquinho, Aramari, Cardeal da Silva, Itanagra, Aiquara, Brejões, Contendas, Cravolândia, Irajuba, Iramaia. Cento e quarenta municípios que não têm delegados para atender a sua população. Agora, se o baiano apenas ficar em casa e assistir ao desperdício do dinheiro público, com as propagandas do governo, pensará que vive num país de primeiro mundo.

Para concluir, Sr. Presidente. Eu faço aqui um apelo: eu gostaria de saber deste governador quando realmente vai começar a governar a Bahia? Quando realmente vai descer do palanque? Vai parar de viajar e vai pôr a mão na massa? Os deputados governistas já começam a trazer insatisfação para esta Casa, como o deputado Getúlio Ubiratan, porque não aguenta mais enrolar a sua população, enrolar a sua região, prometendo as palavras deste governo que não cumpriram, que não honram com nada que prometeram à população baiana.

Para concluir, Sr. Presidente, faço um apelo, que em 2009 este governo desça do palanque e, realmente, pare de mentir e comece a trabalhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, estamos desde o início da sessão trazendo dados que mostram a questão da segurança na Bahia. Além do crescimento nos altos índices de violência na Região Metropolitana, o deputado Sandro Régis denuncia aqui 140 municípios do Estado da Bahia sem delegado de polícia. Cento e quarenta municípios!

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a citou aí municípios de pequeno porte, e o que dizer de Lençóis? E este governador tem ainda o desprazer de dizer que há uma política de turismo. Um dos maiores destinos turísticos da Bahia, o município de Lençóis sem delegado.

O município de Belmonte sem delegado. Para não falar, deputado Sandro, de municípios que são berço natal de alguns deputados e estão sem delegados, como é o caso de Elísio Medrado, Campo Alegre de Lourdes e outros mais.

(Estando na Galeria Paulo Jackson, um dos agentes vocifera que quem trabalha é o agente.)

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Concorde com a revolta do agente quando diz da situação dos agentes. Acho que os delegados também trabalham, e nisso concordo com o deputado Sandro Régis. Na Bahia, quem não trabalha é o governador, acredito que já deve ter saído para não pegar uma pneumonia, pois até

pouco tempo estava tomando banho de mar em Inema, enquanto a Bahia vive o caos na área de segurança.

Há uma tal de Secretaria de Reparação, e fico, deputada Maria Luiza, intrigado como a secretária da Reparação, da mesma maneira como o ex-secretário, o deputado Luís Alberto, não se pronunciam a respeito da questão da insegurança.

Quem morre na Bahia? Os homicídios na Bahia têm nome, idade, sexo e raça. Quem morre nesse Estado são jovens do sexo masculino de 15 a 25 anos de idade e de cor negra. E a Secretaria da Reparação só pensa em tocar tambor. A Secretaria da Reparação não tomou uma atitude estruturante em defesa dos afrodescendentes. Só querem saber de viver das gordas verbas da poderosa Fundação Ford. Só querem saber de instigar uma crise racial no país. É isso que esse governo incompetente de Jaques Wagner tem feito na Bahia. Não se tem um exemplo de uma política estruturante na área da reparação racial. Não há um pronunciamento da secretária da Reparação quanto aos milhares de jovens negros que são exterminados na periferia da cidade do Salvador. Parece que a Bancada do governo, infelizmente, está mais preocupada com a situação na faixa de Gaza. Não se ouve um pronunciamento da Bancada do governo sobre a questão da segurança pública. Não podem falar. Vivem amordaçados, infelizmente, Sr. Presidente, porque o governador Wagner tem demonstrado em suas atitudes mesquinhas em relação a Salvador que é um ditador, um déspota, que só quer viver arrodado pelos seus áulicos, que só quer viver do elogio fácil e das festas que faz para promover a Bahia, mas que, infelizmente, não trazem um investimento para o Estado, não trazem e não geram um emprego sequer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o Líder do governo ou da Maioria, ou do Bloco Parlamentar PDT/PSB/PCdoB, para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Javier Alfaya:- Eu usarei o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Javier pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Sr. Presidente, povo da Bahia que nos acompanha pela *TV Assembleia*, companheiros deputados e deputadas, funcionários presentes – me parecem todos da Polícia Civil, a sessão de hoje tem sido interessante. Ouvi atentamente os deputados do partido Democratas, PFL, meu ex-colega da Câmara de Vereadores, meu ex-presidente, João Bacelar, que ajudei a eleger presidente da Câmara em um episódio que voltou a ser colocado na imprensa por causa da violência que acabou acontecendo, deputado Sandro Régis, que se manifestou aqui agora também, talvez um ou outro deputado e político que anteriormente apoiaram o esquema político predominante que havia em nosso Estado até a última eleição, quando o povo da Bahia, já no primeiro turno, elegeu o governador Jaques Wagner, optando por um caminho democrático e de transformação, abordando os problemas que se acumularam historicamente em nosso Estado.

Nós éramos no início do governo Wagner, e ainda somos, o terceiro pior Estado

do Brasil em termos de saúde pública. Somos o Estado brasileiro, deputado J. Carlos, que tem o maior número de analfabetos do Brasil, temos dois milhões e oitocentos mil analfabetos absolutos, e se nós considerarmos o critério de relatividade nós deveremos ter algo em torno de 3 milhões e 400 mil analfabetos. Concorremos com o estado do Maranhão em termos de piores índices na área da Saúde Pública e na da Educação. A Bahia tinha um dos piores índices de presença da juventude, até os 25 anos, nos bancos universitários, em relação aos demais estados nordestinos, deputado J. Carlos.

Temos coisas absurdas acumuladas em nosso Estado. Quero lembrar aqui aos agentes da Polícia Civil que estão aqui presentes: somos o único Estado, das 27 unidades da Federação, que não tem Lei Orgânica da Polícia Civil, que é um dos pleitos que V.Ex^{as} estão aqui reivindicando. (Palmas) Somos um Estado que, muitas vezes, de maneira preconceituosa e até racista com a baianidade dos baianos e baianas, é tomado como base de gozação e de ironia, em Brasília e em outros Estados, em função dos absurdos que ocorriam no serviço público. Já se falava, em termo jocoso, de brincadeira, que no Brasil havia três tipos de Justiça: a Justiça boa, a Justiça ruim e a Justiça baiana, porque a Justiça na Bahia funcionava, todos se lembram, à base do telefonema do chefe do Poder Executivo, do Governador de Plantão, ou do Senador que achava que mandava na Bahia e, por telefone, ditava sentenças para desembargadores, para juízes, e assim caminhava a Bahia.

Assim chegamos onde chegamos, nessa situação de descalabro social que o nosso governador não esconde, porque nós não somos um governo de escamotear a realidade baiana. Somos um governo que assume a herança que foi deixada, que assume o desafio de enfrentar esses problemas e de resolvê-los. Não vão ser resolvidos de uma hora para outra, de um mês para o outro, nem de um ano para o outro mas, estão sendo abordados e resolvidos paulatinamente.

Quero me dirigir aos companheiros e companheiras da Polícia Civil, quero questioná-los, - infelizmente o diálogo não é possível - mas, como sei que a categoria pensa muito em favor do funcionalismo como um todo, na qualidade do serviço público, como era tratada a Polícia Civil nos governos passados? Como era tratada a Polícia Militar, em greves, nos governos passados?

Aprovamos aqui, há duas semanas, antes do recesso, o projeto de reestruturação da Polícia Militar, no qual foram acatadas 27 emendas de origem do Plenário desta Casa. Nós unificamos a previdência da Polícia Militar que estava dispersa em cinco ou seis dispositivos legais, não havia uma consolidação da previdência, da aposentadoria do policial militar. Agora temos que atacar e resolver os problemas da nossa Polícia Civil que está aqui de maneira adequada, correta e combativa, reivindicando seus direitos.

O governo ouve a Polícia Civil, o governo negocia com a Polícia Civil. Para os senhores terem uma idéia, nós estamos aqui, em convocação extraordinária, até dia 15 de fevereiro, com uma pauta que prevê pelo menos 12 planos de cargos e salários, de 12 categorias diferentes. Eu era vereador, sou parlamentar há 22 anos, já estou no 2º mandato de deputado estadual, e nunca vi os governos anteriores ao governo

Wagner debaterem, discutirem em mesas de negociação, os pleitos salariais de categorias com os professores das universidades e da rede estadual, estes últimos representados pela combativa APLB-Sindicato, com os funcionários da Saúde, etc. Desta forma acumulamos uma série de problemas tão graves que só agora, no primeiro mês do terceiro ano do governo Wagner, é possível – numa convocação extraordinária feita pelo presidente desta Casa – estabelecer uma pauta de 25 projetos, sendo 12 deles relativos a Planos de Carreira e Vencimentos de setores do funcionalismo.

Quando se discute problemas relacionados à Saúde, como presidente da Comissão de Saúde e Saneamento devo dizer aos companheiros que realizamos recentemente – pasmem, depois de 18 anos! – o primeiro concurso para médico do Estado. Repito, depois de 18 anos a Bahia fez o primeiro concurso público para médico do Estado. Durante todo esse período esses profissionais eram contratados através daquela malfadada cooperativa que foi questionada no Supremo, em Brasília. Depois disso, corretamente, o secretário Jorge Solla e o governador Wagner rescindiram esse contrato.

E isso acontece em outros setores da máquina pública estadual. Iremos discutir a reestruturação da carreira dos funcionários do Derba, onde também não há concurso para engenheiro há 17 anos. E a Oposição ainda reclama das nossas estradas e das estruturas do Derba. Ora, vamos visitar as residências do Derba, deputado J. Carlos, para verificar que agora todas elas foram reconstruídas, deputado Leur Lomanto – tendo à frente um secretário indicado pelo grupo de V.Ex^a, o Dr. Batista Neves –, e têm motoniveladora, caçamba, caminhão.

Todos do interior desta Bahia sabem que essas residências foram literalmente saqueadas. As caçambas apareciam nas fazendas de prefeitos, de deputados, as motoniveladoras sumiam e apareciam no ferro-velho. Muitas vezes a Polícia Civil verificava o roubo de caminhões e equipamentos em ferros-velhos receptores de veículos.

E assim fomos vendo a destruição do Derba, com equipamentos sequestrados, roubados ou destruídos e com 17 anos sem concurso público para engenheiro. Então é evidente que as estradas foram se acabando. Mais ainda aparecem deputados – que apoiavam essa situação – para cobrar trabalho do governador Wagner. Ele, além de trabalhar muito, tem a coragem de representar brilhantemente a Bahia no exterior e em outros estados brasileiros para cobrar e trazer investimentos para cá.

Não cabe a crítica dos deputados do PFL/Democratas. Devo dizer à Oposição, que tanto se orgulha de ser racional, de não repetir os nossos supostos erros do passado, que eu, Luciano Simões, Álvaro Gomes, Waldenor e outros que já estavam aqui na gestão passada votamos a favor, por exemplo, de um pedido de empréstimo de Paulo Souto à Caixa Econômica, no valor de 200 milhões, para aplicar em política habitacional. Fomos a favor porque favoreciam a política habitacional.

Também apoiamos vários outros projetos de Paulo Souto, inclusive a polêmica lei que reestruturou a concorrência pública, a licitação e a tomada de preços...

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Para concluir, deputado.

O Sr. JAVIER ALFAYA:- Agradeço a tolerância de V.Ex^a e peço aos colegas deputados do PFL que tenham um pouco de bem senso e se lembrem do passado, e assim, quando discursarem, façam antes de tudo uma autocrítica em relação à desgraça que deixaram no Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, falará o Líder Heraldo Rocha.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha por até 8 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, deputado J. Carlos, Sr^{as} e Srs. Deputados, deputado Javier Alfaya, que há pouco fez um brilhante, profundo e inteligente discurso, a Bahia, meu caro deputado Eliedson, vai muito bem na área da saúde, na área da segurança pública, e talvez o deputado Javier Alfaya, esse brilhante parlamentar, que já foi vereador de Salvador, um homem de formação européia, esteja vendo a Suíça, o Canadá ou um outro País, mas a Bahia ele não está vendo...

(O Sr. Deputado Javier Alfaya se manifesta fora do microfone.)

O Sr. HERALDO ROCHA:- (...) outro País. Mas V.Ex^a tem laços europeus, pode ter visto em Paris, na Suíça, na Galícia, mas ele não está vendo isso na Bahia.

Os números que apresentamos, dados oficiais, desta tribuna na área da saúde durante os 2 anos, em que os pacientes estão morrendo nas filas dos hospitais, as emergências estão superlotadas, em que os os pacientes portadores de acidente vascular cerebral não conseguem internamento, em que os nefropatas crônicos não têm como fazer hemodiálise, em que os pacientes com fratura de cólon de fêmur não conseguem cirurgia, e ele vem a esta tribuna, com a competência que lhe é característica, para dizer que pela primeira vez em 18 anos o governo do Exm^o Sr. Jaques Wagner abre concurso para médico?

E o Reda, e o convênio com as Obras Sociais Irmã Dulce, com a Fundação José Silveira? E a publicação no Diário Oficial e nos jornais de grande circulação do País convidando o médico para ganhar R\$ 23.000,00 na Bahia? Será que estamos vivendo em outro mundo, em outro País?

Fala das estradas – nós deixamos um convênio de U\$ 180 milhões para as estradas. São 2 anos de governo sem trabalhar, sem produzir, e agora sai uma propaganda fraca. É um governo que nem propaganda sabe fazer: *o governo faz, não sei o quê melhora*. Não dá nem para entender aquela propaganda que está saindo nos *outdoors*.

Vamos para a área de educação, um desastre! O ano letivo de 2008 foi um ano perdido. Hoje recebi várias categorias no meu gabinete pela manhã, uma delas a Defensoria Pública do Estado da Bahia que me informou que nesses 2 anos de governo Wagner não teve nenhum pleito atendido, os defensores públicos do Estado – estão me enviando material. Estamos com essa situação gravíssima na Secretaria da

Fazenda, onde existe um clima – e assistimos aqui em audiência pública nesta Casa – de guerra entre o agente tributário e o auditor fiscal; um clima de guerra.

Eu disse hoje aos agentes de tributos que não tenho ainda uma posição firmada a respeito do meu voto, porque, na verdade, temos pontos contraditórios tanto de um lado como do outro. Enquanto isso a situação da Secretaria da Fazenda está num clima de guerra. Agora eu me pergunto: foi a “herança maldita” que criou esse clima de guerra na Secretaria da Fazenda? Hoje, repito aqui desta tribuna, tenho pela Secretaria da Fazenda como uma das secretarias e um dos órgãos mais importantes do nosso Estado, uma ilha de excelência com servidores públicos de alto nível, tanto os senhores agentes de tributos como os senhores auditores fiscais, como técnicos daquela secretaria.

Peço, pedi a eles e peço ao Sr. Secretário que não deixe acontecer o que está acontecendo com a Secretaria da Fazenda.

Sr. Presidente, acabo de receber um *e-mail* da Sr^a Leda Maria de Oliveira Andrade: (lê) *“Srs. Deputados, mais um ano se passou e nós moradores do interior do Estado da Bahia continuamos sendo vítimas do descaso do Senhor Governador, seus secretários e Deputados aliados, que negligenciam a situação de abandono da Polícia Civil, pois temos aproximadamente 140 municípios baianos sem Delegados de Polícia apesar de haver uma turma de 101 delegados aptos para trabalhar há seis meses sem serem nomeados.”* E, aí, Sr. Presidente, ela nomeia uma série de municípios, que vou ler rapidamente porque vou incluir nos anais da Casa: *“Cardeal, Ipecaetá, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas Tanquinho, Aramari, Cardeal da Silva, Itanagra, Pedrão, Aratuípe, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Tatim, São Miguel das Matas, Varzeado, Gandú, Nova Ibiá, Piraí do Norte, Artaca, Floresta Azul, Jussari, Pau Brasil, Santa Cruz da Vitória, Santa Luzia, Jucuruçu, Lagedão Vereda, Aiquara, Brejões, Contendas do Sincorá Cravolândia, Irajuba, Iramaia, Lagedo do Tabocal, Planaltino, Santa Inês, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cordeiros, Piripá, Presidente Jânio Quadros, Jacaraci, Poções, Catolândia, Cristópolis, Mansidão, Riachão das Neves, Wanderley, Itaetê, Lagedinho, Nova Redenção, Macajuba, Marcionílio Souza, Abaíra, Boninal, Ipupiara, Lençóis, Novo Horizonte, Palmeiras, Souto Soares, Barra do Mendes, Barro Alto, Bonito, Buritirama, Carfanaum, Canarana, Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Jussara, Lapão, Mulungú do Morro, São Gabriel, Uibai, Barrocas, Biritinga, Queimadas, São Domingos, Valente, Várzea da Roça, Caém, Caldeirão Grande, Mirangaba, Ourolândia, Piritiba, Saúde Tapiramutá, Umburanas Várzea Nova, Campo Alegre de Lourde, Pilão Arcado, Adustina, Antônio Gonçalves, Dom Basili, Guajeú, Ibicoara, Jussiape, Rio do Antônio, Rio do Pires, Tanhaçu, Caatiba, Firmino Alves, Iarantim, Maiquinique, Nova Canaã, Ribeirão do Laro, Ibiassucê, Igaporã, Itaípu, Lagoa Real, Malhada, Matina, Pindaí, Belmonte, Itapebi, Brejolândia, Feira da Mata, Ibitipanga, Moroporá, Muquém do São Francisco, Paratinda, Serra do Ramalho, Sítio do Mato, Banzaê, Canudos, Fátima, Nova Soure, Quijingue, Canápolis, Jaborandi, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho, e outros que porventura tenha esquecido.”* Todos esses municípios estão sem delegado de polícia.

Deputado Javier Alfaya, a voz do povo é a voz de Deus. Aqui é a voz do povo. (Exibe o *e-mail*). Aqui é a resposta melhor, porque contra fatos não há argumentos.

Faço questão, Sr. Presidente, atendendo a solicitação dessa senhora que enviou este *e-mail*, de solicitar a V.Ex^a autorização para que eu possa incluir nos anais da Casa este *e-mail* que recebi há pouco.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o Líder do governo Waldenor Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. WALDENOR PEREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} que se encontram nas Galerias Paulo Jackson, quero, em primeiro lugar, na condição de Líder do governo nesta Casa, desejar as boas-vindas e parabenizar os deputado Valdeci, do Partido dos Trabalhadores; Eliana, deputada do PP, e Pedro Alcântara, do PR, que foram empossados na última segunda-feira. Dois deles, a deputada Eliana e o deputado Pedro Alcântara, retornam ao nosso convívio aqui na Casa Legislativa – são dois deputados combativos, comprometidos, que já prestaram relevantes serviços à Bahia e que retornam a esta Casa Legislativa. Nós queremos, portanto, desejar as boas-vindas, parabenizá-los pelo retorno à Assembléia Legislativa do Estado da Bahia. E parabenizar o deputado companheiro do nosso partido, o professor Valdeci, que assume a vaga do deputado Zé das Virgens, eleito prefeito do município de Irecê. Os nossos parabéns, as nossas boas-vindas, e desejamos aos três colegas mandatos profícuos, comprometidos com as demandas maiores do povo do nosso Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, nesta convocação extraordinária todos reconhecem como mais importantes os projetos relativos à recuperação das carreiras dos servidores públicos do estado da Bahia. Todos reconhecem que a política de pessoal representa para o nosso governo, para o governo Jaques Wagner, o maior desafio: é impossível pensar no desenvolvimento, no progresso deste Estado, sem que tenhamos servidores motivados, satisfeitos com o desempenho das suas funções e das suas atribuições.

Infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, foi desmontada a maioria, se não a totalidade das carreiras e dos planos de cargos e salários dos servidores públicos do Estado da Bahia. São poucas as categorias que ainda persistem com a manutenção de um plano de cargos e salários que possa não só permitir a recuperação salarial regular e permanente, como permitir a ascensão funcional, a progressão na carreira, a avaliação de desempenho, a possibilidade de um programa de qualificação e de formação permanente.

O nosso governo, logo que assumiu, ciente, conhecedor dessa realidade, decidiu pela instalação da mesa central e das mesas setoriais de negociação. A princípio, essas mesas foram, infelizmente, tachadas de inoperantes, espaços de pouca definição. Mas progressivamente, paulatinamente, mantidos os entendimentos, os diálogos, apresentados os dados de forma transparente a respeito dos gastos governamentais. O nosso governo está concluindo, aliás, concluiu o ano de 2008, estendendo-se para essa convocação extraordinária, com acordos firmados, assinados, por quase 80% das categorias.

Estamos esperançosos, e por isso estamos mantendo diálogo permanente, entendimento cotidiano com as categorias, de que fecharemos essa convocação extraordinária acordando, chegando ao entendimento, firmando com os servidores públicos do Estado da Bahia contratos, acordos, que vão permitir paulatinamente e progressivamente a recuperação da carreira dos nossos servidores públicos do Estado da Bahia.

É importante destacar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, servidores presentes a esta Casa Legislativa na tarde de hoje, que o nosso governo, consciente da sua responsabilidade e da necessidade da recuperação das carreiras como mecanismo imprescindível e indispensável à melhoria da qualidade dos serviços públicos do nosso Estado, discutiu, debateu, negociou com as categorias com base nos principais princípios: (lê): “Início do reposicionamento da remuneração das carreiras do Estado, tendo como base todos os Estados da Federação, inclusive o pagamento por parte da iniciativa privada; a implantação da política salarial com reajuste específicos para cada categoria, diferentemente da situação anterior, quando era dado um reajuste linear; a ampliação dos valores das classes iniciais às carreiras, sobretudo onde não houver ocupantes, com vistas a atrair profissionais qualificados nos concursos públicos que estão sendo realizados; implementação de um modelo de gestão por competência exequível, que englobe os processos de promoção; avaliação de desempenho em cada carreira.”

Também levou-se em consideração o foco na criação de condições que permitam a melhoria da gestão de segurança pública no âmbito estadual.

Também levamos em consideração, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a reformulação das carreiras relacionadas com a área social, especialmente as vinculadas à educação e à saúde, e já firmamos acordo, assinado com várias categorias, com o magistério público estadual e com a assinatura da APLB, com o grupo ocupacional vinculado à saúde, com a Defensoria Pública Estadual, com a Procuradoria Geral do Estado, já aprovamos o plano de recuperação salarial de carreira da Polícia Militar e estamos em entendimento com a Polícia Civil para aprovarmos ainda na convocação extraordinária a primeira lei orgânica da Bahia, de organização da Polícia Civil.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos celebrando êxito das mesas setoriais de negociação, é evidente que estamos ainda distantes, muito distantes das expectativas dos nossos servidores, que são merecedores de salários muito maiores, de planos de cargos e salários e reestruturação das carreiras que possam estimular,

motivar o desempenho das suas funções, mas, considerando a realidade encontrada e o diagnóstico feito no início do nosso governo, que caracterizou um desmonte das carreiras dos servidores públicos do Estado da Bahia, estamos dando um passo significativo na direção da recuperação, da valorização, do resgate da dignidade do servidor público do nosso Estado.

O nosso governo, o governador Jaques Wagner, o secretário da Administração, Manoel Vitório, o secretário de Ações Institucionais, Rui Costa, estão negociando de forma permanente com as categorias, todos nós estamos conscientes da responsabilidade do Estado e haveremos, até o final desta convocação extraordinária, já aprovar os projetos para recuperar as carreiras, melhorar os salários, motivar, sensibilizar os nossos servidores à produção e ao oferecimento de melhores serviços públicos ao Estado da Bahia.

Estamos muito felizes, Sr. Presidente e haveremos de voltar a esta tribuna para debater e discutir as pendências relativas a algumas categorias para concluirmos a convocação extraordinária, votando favoravelmente à recuperação das carreiras dos servidores públicos do Estado da Bahia de forma geral.

Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PP/ PRP, para falar ou indicar orador pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Pela ordem, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, gostaria de voltar a fazer uma solicitação e até acatando o que tinha sido sugerido pelo Líder do governo, deputado Waldenor, solicitar a interrupção desta sessão por 30 minutos para que possamos sentar com as Lideranças da Casa e decidir o que vamos votar nesta convocação extraordinária, porque existe uma pauta e alguns assuntos já tinham sido discutidos que não seriam apreciados nesta convocação extraordinária.

Como, um dia depois do recesso, 18 projetos chegaram a esta Casa, não teremos a mínima condição de ler e saber o que estamos votando, porque se pegarmos os dias úteis até o dia 15 de fevereiro, não cheguei a contar, mas devem ser uns 12 ou 14 dias para votar 28 projetos, e projetos importantíssimos. Então, é melhor sentarmos, definirmos a pauta e ver o que vamos votar. Existem 7 projetos que já poderiam começar a ser apreciados e inclusive hoje estão na Ordem do Dia, mas se não houver um acordo não se vota nada e vai acumulando.

Assim, a minha sugestão, Sr. Presidente, acatando o que foi decidido, sugerido inicialmente pelo Líder do governo, é que se faça uma interrupção por 20 ou 30 minutos, os Líderes sentam e discutem o que vai ser apreciado pela Casa e aí começamos a discussão e a votação.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Pela ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, queria informar ao deputado Gaban que

já acordamos com o Líder da Minoria, preliminarmente, pela votação dos projetos que se encontram na pauta e que já foram alvo de votação de requerimento de urgência. No dia de hoje, por exemplo, temos três projetos para os quais já votamos a urgência. São o Pró-Cofins, o Luz para Todos e o da Sedur, que já estariam na Ordem do Dia de hoje. Eu não teria nada a opor à proposição do deputado Gaban, até aceito, se for o caso, suspenderemos a sessão para chegar a um entendimento. Mas, para o dia de hoje, especialmente, considerando que os três projetos já tiveram votados os requerimentos de urgência em momento anterior, estamos mantendo os três para hoje e para o dia de amanhã outros quatro projetos que também já tiveram votados os requerimentos de prioridade.

Quanto aos demais projetos, eu estou plenamente de acordo a conversarmos para a organização da agenda, não há nenhuma dificuldade. Inclusive, a proposição do deputado Gaban eu a aceito também, mas cabe a mim informar que acordamos, ontem à tarde, com o Líder da Minoria colocar em votação, no dia de hoje, esses três projetos e deles já foram aprovados os requerimentos de urgência.

Cabe este esclarecimento para aceitar, caso seja necessário, a suspensão da sessão por 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Eu queria ouvir o deputado Carletto para saber se há acordo para a suspensão da sessão durante 30 minutos. (O deputado responde afirmativamente.)

Deputado Elmar? (O deputado responde afirmativamente.)

Deputado Gaban, para uma questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Complementando o que falou o Líder Waldenor Pereira, efetivamente 7 projetos estão na Ordem do Dia. Esses são indiscutíveis, já foram aprovados os regimes de urgência, a qualquer momento podem ser votados. O que ainda está faltando, e V.Ex^a colocou bem, já houve um acordo com o Líder da Minoria, deputado Gildásio. Mas ninguém da Bancada está sabendo qual foi esse acordo até agora. O deputado Gildásio deve estar com alguns problemas hoje e não tem ficado aqui, nesta Casa, por isso não estamos sabendo. Isso está gerando alguma inquietação e, para saber o que vamos votar até o dia 15 de fevereiro e estabelecer a pauta, fiz a sugestão, deputado Waldenor, indo também ao encontro do que V.Ex^a tem colocado. Precisamos definir além dos 8 projetos que estão na Ordem do Dia os que serão votados até o dia 15 de fevereiro e estabelecer uma pauta, senão acabaremos não votando por falta de tempo.

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- A sessão está suspensa por 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, reabro os trabalhos.

Horário das Lideranças Partidárias. Com a palavra o líder do Bloco Parlamentar PP/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Luiz Augusto:- Falarei, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luiz Augusto pelo tempo de até 8 min.

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, na volta aos trabalhos

aqui nesta Casa, hoje temos três projetos para serem votados, não polêmicos, pela grande importância que tem esses três projetos. O projeto Luz Para Todos, A Regularização da Sedur, da Conder, acho que é importante para o governo e o projeto que autorizou o BIRD na renegociação dos 409 milhões de dólares, foi bom não ter saído antes, porque agora o dólar aumentou, para o governo vai ser até melhor, vai ter um bilhão e tanto em caixa para fazer obras e também fazer obras no ano que vem e fazer outras coisas que o governo tenha interesse.

Sr. Líder do Governo, Srs. Deputados, quero aqui alertar uma coisa: tenho andado pelo interior, começaram as chuvas, acho que todos vocês andaram pelo interior. As estradas estão esburacando. Estou preocupado. Já estive com o secretário no final do ano passado. Vim aqui para falar sobre isso com o secretário. Queríamos fazer um convênio para que ele nos fornecesse apenas o material asfáltico, para que as prefeituras pudessem tapar os buracos, porque é uma questão de economia. Se taparmos os buracos das estradas, logo no início, quando começarem a aparecer, gasta-se menos.

Diante disso, o secretário da Infra-Estrutura me disse o seguinte: que já tinha acabado a dotação orçamentária dele no ano passado e que, infelizmente, não poderia comprar nem receber mais materiais para que houvesse o tapa buracos nas estradas.

Só que as chuvas estão continuando e há previsão de chuvas neste sertão, graças a Deus que há previsão de chuvas, mas as estradas estão ficando intransitáveis.

Falei com ele que vai ter na Bahia o primeiro rali sobre o asfalto e também o primeiro motocross sobre o asfalto de tão ruim que está a estrada entre Santa Maria da Vitória a Bom Jesus da Lapa. Uma estrada de 80 Km, em que se gasta mais de três horas de carro para fazer esse percurso.

Falei aqui no ano passado que com 200 mil, no início, se consertava. Falei no final do ano que já precisava de 2 milhões. Agora, depois das chuvas vai precisar de 50 milhões de reais, porque só fazendo uma nova estrada.

Acho que esta não é a maneira de administrar. O secretário, a meu ver, tem que sentar, conversar, tem que chamar e mostrar esses números ao secretário da Fazenda, pois está acontecendo isso em diversas estradas. Com poucos recursos se conserta, mas se esperar passar as chuvas... Diz que o orçamento só abre em março para poder gastar, no final de fevereiro, em março é quando vai ter o orçamento. Depois do final das chuvas, vai gastar dez vezes mais.

Acho isso uma economia burra, porque se economiza hoje para gastar dez vezes depois. Não há sentido. Acho que o secretário da Fazenda tem que sentar com o secretário da Infra-Estrutura, os dois têm que chegar a um acordo. Há certas coisas que não podem ficar esperando o orçamento. As estradas vão acabar. A estrada que liga Brumado até Aracatu, aliás até Anagé, está acabando, estamos fazendo um retorno passando por Sussuarana e voltando de novo para sair lá na frente de Anagé. Essa estrada estava até boa, mas agora que a descobriram todos estão voltando por ela e está começando a acabar de novo por não haver manutenção devida por falta de material. E por falta de material, segundo o secretário, por falta de recursos, ele não tinha dotação orçamentária para comprar no final do ano passado.

Então, é um alerta, senão vamos chegar no final de março e gastar 10 vezes mais o recurso para consertar estrada, sem contar a parte de turismo, pessoas que passam por essa estrada para ir a Porto Seguro, Ilhéus. Quando você conversa com essas pessoas que param nos postos de gasolina, a primeira coisa que falam é o seguinte: não volto mais nunca aqui, vou falar com meus amigos pra não vir pra cá, pra ir a Guarapari que é melhor, passa em Minas.

Não podemos deixar que poucos recursos possam ser gastos nas estradas. Isso causa um estrago muito grande na economia da Bahia. É o que eu falo, é uma economia boba. Vamos sentar, senhores secretários, eu acredito que o governador não deve estar sabendo desses detalhes, precisamos sentar e resolver isso. Não é possível isso precisa acabar. Quando acontece uma coisa boa dificilmente cai no colo do governador, aí aparece o secretário lá para poder inaugurar, falar que ele fez. Mas quando é ruim todo mundo só xinga o governador. No Sertão está todo mundo xingando o governador, está perguntando se não tem governo para poder consertar as estradas. Falavam do governo passado e agora está ficando pior. Não pode!

Governador, puxe a orelha dos dois secretários, coloca os dois juntos para conversar. É uma crítica construtiva, governador, já que às vezes a gente não consegue falar com V.Ex^a diretamente, então eu tenho que falar no Plenário para que chegue até V.Ex^a, porque não é possível deixar as estradas do nosso Sertão acabarem, estradas que foram construídas com muita dificuldade.

Era isso que eu tinha a falar hoje, muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há um requerimento assinado pelo Líder do governo que requer a prorrogação da sessão pelo tempo de 300 minutos com o objetivo de apreciar as matérias constantes na Ordem do Dia.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria ou o do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Bira Coroa, e eu falarei por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Coroa, pelo tempo de 06 minutos.

O Sr. BIRA COROA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. e Sr^{as} Servidores e Jornalistas, senhores e senhoras visitantes, faço uso da palavra nesta tarde para pontuar alguns aspectos que considero extremamente importantes. O primeiro deles está no posicionamento dos discursos da Oposição que aqui acompanhei referindo-se à intervenção e atuação do governo Wagner. A forma é saudosista, mas muito presente. Foi colocada aqui pela Oposição numa tentativa muito clara de tentar transferir responsabilidades, falando do governo Wagner como se o passado não existisse neste Estado, como se a situação que se vivencia em diversas áreas neste Estado não tivesse acontecido pela ausência de políticas públicas

e pela falta de compromisso dos governos que aqui passaram, Sr. Presidente.

É interessante como se destaca a situação da segurança pública, como se ela fosse evidenciada no nosso Estado do ano passado para cá. Esquece-se ou evita-se discutir ou apresentar que a situação da segurança pública é um efeito da ausência de compromisso do governo passado e que não se pode, em hipótese alguma, achar que o problema da segurança pública é caso de polícia. O problema de segurança pública, Sr. Presidente, é a ausência de intervenções em diversos setores que os governos passados não tiveram o compromisso, como exemplo: entregar um Estado com os índices mais recriminados no mundo inteiro num tempo moderno, 2 milhões e 300 mil analfabetos como referência de transferência de governos que se vivenciou.

Discutir segurança pública quando se tem um estado repassando em todo o processo de transição como maior índice de desemprego no País inteiro, discutir segurança pública quando o Estado não fez seu papel dentro do contexto da educação, permitindo que a Bahia vivesse 60 anos de atraso na oferta de Ensino Superior pela universidade federal ou pelas universidades federais, mantendo-se apenas uma e federal ao longo de todo este tempo?! E foi preciso a intervenção de um governo conduzido por um semianalfabeto, como eles mesmo diziam, retirante nordestino, trabalhador de chão de fábrica, mas que foi capaz de perceber que o Brasil tem de crescer pelo processo da educação, criando outras linhas para a condição a que chegou agora a Bahia, com duas novas universidades federais.

Foi preciso este governo Wagner para as universidades públicas estaduais fecharem o ano com saldo nas contas, diferentemente do que acontecia nos governos passados, que terminavam no chamado vermelho ou com dívidas ativas. É preciso, Sr. Presidente, pontuar com responsabilidades e compromissos. Existem alguns setores que precisam avançar, e avançar muito, mas não se pode atribuir a este governo essa responsabilidade quando, sem dúvida alguma, nos governos passados não se tinha o que estamos vivendo hoje, Sr. Presidente, nesta Casa.

Atualmente a autonomia e o respeito a esta Assembleia são mantidos pelo governo quando se tem, Sr. Presidente, parlamentares da base governista que são autônomos para receber as classes e categorias, discutir com responsabilidade e respeito os problemas e trazer à mesa de discussões os debates para defender aqui com dignidade os avanços apresentados pelos servidores.

É diferente do que se vivia no passado quando nem sequer os projetos eram discutidos, pois a sua própria elaboração não permitia à sociedade civil organizada o direito de participação. É diferente também do que estamos vivendo no período desta convocatória extraordinária. Isto mostra a diferença: são 25 projetos de interesse da sociedade, e a sua grande maioria é para resolver a situação dos servidores públicos estaduais, que no processo passado nem sequer eram respeitados.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Deputadas, coloco-me nesta posição aqui para fazer a defesa deste governo pelo respeito que ele tem tido às lutas de classe, pelo respeito que ele tem tido à consolidação da democracia neste Estado. E que o ferrão e o chicote que antes conduziam a Bahia e intervinham nesta Casa não tenham mais espaço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 3 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, temos hoje previstos para votação 3 projetos de grande importância. O 17.627, que prorroga o prazo do Programa Luz para Todos e também estabelece metas, é um projeto de grande importância, tendo em vista que já beneficiou em todo o Brasil milhões de pessoas e o Estado da Bahia era o mais necessitado.

Existe também para ser votado ainda hoje o 17.609, que autoriza ao Poder Executivo uma operação de crédito junto ao BID, e o 17.641, que reorganiza a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Sedur.

Então, há previsão de votação dessas 3 matérias. Mas, durante esta convocação extraordinária, devemos votar outros projetos importantes dos diversos segmentos do funcionalismo público entre os quais a Lei Orgânica da Polícia Civil, que, sem dúvida nenhuma, será uma grande vitória para a Bahia e para a segurança pública do nosso Estado.

Temos projetos como o da Defensoria Pública, que também significa uma grande vitória para a sociedade tendo em vista que a Defensoria Pública cumpre um papel fundamental no atendimento às pessoas mais necessitadas, às pessoas excluídas. Temos projetos também na área da saúde que beneficiam não só o segmento da saúde mas toda a população. Portanto, teremos aqui um mês, um período bastante proveitoso no sentido de discutir, debater e aprovar diversos projetos. Evidentemente, existem determinados acertos a serem feitos, determinados ajustes, mas isso se dá no processo. Naturalmente, a tramitação desses projetos que estão na Ordem do Dia pode ser modificada, se houver consenso entre as partes, entre o governo e os segmentos, até mesmo no momento da votação, através de emendas de relator.

Portanto, esperamos que esse período seja extremamente produtivo. Teremos grandes vitórias com a aprovação desses 25 projetos enviados pelo Executivo para a Assembléia Legislativa da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o Líder dos Democratas para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falará o deputado Ricardo Gaban por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, deputado Bira Coroa, ouvi parte do seu pronunciamento. V.Ex^a não é o primeiro que o faz nesse tom. Gostaria apenas de lembrar a diversos parlamentares, sobretudo do PT, que têm feito pronunciamentos nessa mesma linha, do constrangimento que devem estar provocando nos deputados que hoje têm garantido a votação de projetos que o

governo tem enviado a esta Casa mas que fizeram parte dos governos anteriores, pelos quais foram totalmente prestigiados. Comecei ali a anotar alguns nomes: deputado Paulo Câmara. Quer um deputado mais prestigiado pelos governos de Antonio Carlos Magalhães, Paulo Souto, César Borges, Otto Alencar, Reinaldo Braga, ex-presidente desta Casa, Nelson Leal, o pai dele é amicíssimo de Antonio Carlos Magalhães, do que esse? Ronaldo Carletto. Quer um deputado mais prestigiado, que dizia que era da cozinha do ex-governador Paulo Souto? Aderbal Caldas, amicíssimo pessoal de Antonio Carlos Magalhães; João Bonfim, nem se fala, Emério Resedá e tantos outros?

Nesse sentido, com toda consideração e apreço que tenho por V.Ex^a, e V.Ex^a sabe disso, gostaria de aproveitar esse momento de seu pronunciamento, já há alguns dias queria lhe falar sobre esse assunto, para pedir a V.Ex^a que tenha cuidado. Sabia que alguns compromissos que tem o governo com o funcionário público, elegeram o senhor Jaques Wagner, governador do Estado da Bahia? Ele assumiu o compromisso de dar um salário digno não só à Polícia Civil, à Polícia Militar mas a todas as categorias do serviço público. É obrigação, foi um compromisso de campanha. Ele tem que ver que muitos projetos estão sendo aprovados, votados por aqueles que fizeram parte de outros governos e que hoje estão dando sustentação ao Governo Jaques Wagner. Então, fica deselegante. Por isso vemos o Plenário vazio quando se tem um pronunciamento desse tipo. Sei que V.Ex^a não o fez por maldade, é um discurso que tem, mas pense nisso. Não é só V.Ex^a. V.Ex^a sabe que tenho muita consideração por V.Ex^a, mas vários deputados do governo, sobretudo do PT, têm tido esse discurso aqui na Casa que constrange os parlamentares. Vejam que sempre quando há um pronunciamento todos que fizeram parte dos outros governos e foram extremamente privilegiados abandonam o plenário. Lógico que é por constrangimento. O deputado Paulo Câmara está aí, um dos deputados que mais entendem de orçamento, foi diretor da CAR, um dos deputados mais prestigiados pelos governos anteriores, entramos juntos como deputados, foi um dos deputados que sempre relatou o orçamento – uma das peças mais importantes desta Casa - e por dois anos consecutivos é o relator do orçamento do atual governo.

Então gostaria que tivéssemos um comportamento que não constrangesse a nós mesmos aqui na Casa. O discurso político é importante, é fundamental. Sabemos que não é nenhum mérito, é obrigação o que ele tem feito.

Espero que todos os projetos de reajuste dos vencimentos dos servidores públicos contemplem todas as categorias de todos os sindicatos. Esse é um compromisso de campanha que tem que ser cumprido.

Já assumimos uma posição aqui na Casa, os 63 parlamentares: se as categorias concordarem a respeito dos projetos que tratam da reestruturação das carreiras, de aumento dos vencimentos dos servidores públicos, os mesmos terão a aprovação imediata dos 63 parlamentares.

Então é nessa linha que eu gostaria de me posicionar para evitar o constrangimento, porque esta é a Casa do entendimento, das discussões políticas importantes. Que não se cause constrangimento às pessoas da Bancada que dá

sustentação ao governador Jaques Wagner aqui nesta Casa que estão sendo constantemente humilhadas e, hoje, apóiam este governo.

Então, é só nesse sentido de padronizarmos os discursos. Repito, o deputado Reinaldo Braga, ex-presidente da Casa aqui entrando, tanto é que foi presidente da Assembléia Legislativa com o apoio do ex-senador e ex-governador Antônio Carlos e dos ex-governadores Paulo Souto, César Borges e Otto Alencar, um dos mais prestigiados, hoje, faz parte Bancada de sustentação do governo. Então não é conveniente, não faz bem ao Parlamento ofender aqueles que hoje estão defendendo o governo, mas fizeram parte, com muito orgulho, e foram prestigiados nos governos anteriores.

É apenas uma colocação. Lamento que tenha feito essa colocação após o pronunciamento de V.Ex^a. Repito, não fui o primeiro, outros fizeram, nada pessoal, muito pelo contrário, apenas para não trazer constrangimento para os demais colegas desta Casa é que faço esse registro meu querido amigo, deputado Bira Coroa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT- Partido dos Trabalhadores- ou da Maioria para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 9 minutos o deputado Paulo Câmara.

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre parlamentar deputado Paulo Câmara, Líder do Bloco PSDB/PTdoB/PSL/PTB.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Sr. Presidente, nobres colegas, algumas observações precisam ser feitas quando falamos de segurança pública. Por exemplo, identificar a Bahia como um Estado que tem problemas na área na segurança é verdade absoluta, mas essa é uma verdade nacional. Esse não é um problema localizado.

Chamado a atenção pelo deputado Heraldo Rocha, fui ler *A Tarde* com calma hoje e está lá: 50 crimes em 100 dias, é verdade. E aí fui ler a *Folha de São Paulo*, o *Globo*, os jornais do Sul de uma forma geral são os mesmos problemas, é um problema nacional. E com calma vemos que são operações do crime organizado...

O Sr. Capitão Tadeu:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Deputado, depois que eu der o aparte a ele vou pensar em V.Ex^a.

E, neste caso específico, eu me dei ao trabalho de dar uma olhada no orçamento do Estado sobre esta área e me deparei com duas surpresas, a primeira é a base, é a rede que o governo está montando na reorganização do sistema policial. A forma como está sendo tratada, com uma estrutura nova para permear a polícia de uma nova vontade política de fazer policiamento preventivo para o povo da Bahia.

Mas, ao lado disso, temos de entender que no ano corrente, deputado Bacelar, até setembro, repito, apenas até setembro, o governo Wagner já tinha executado, Srs. Deputados, executado orçamentariamente R\$ 1,2 bilhões. E, aí, a gente esquece que tinham sido contratados três mil, depois, mais 3.600, e tem 315 viaturas novas, mas

ninguém pergunta quanto isso custou. Daí, 1.200 bilhão, Deputados.

Vamos comparar, porque 1 bilhão e 200 pode ser um número qualquer. Até setembro, o governo já havia aplicado 9,13% do orçamento estatal. Isso corresponde ao ano anterior todo, foram 9,23. Mas para não querer e também fugir das comparações do governo Paulo Souto, governo de João, Pedro ou Emanuel, eu vou lá para 1994. Vou lá para trás. Em 1994 se gastaram 7.67 e no ano seguinte oito e um pedacinho. Este governo trabalha num processo de reestruturação e aqui, há pouco mais de 15 dias, aprovamos a reestruturação da Polícia Militar.

O Sr. Bira Coroa:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Não podemos nos esquecer de que o plano de carreira é importante. Os cabos, meu nobre capitão, estavam esquecidos.

O Sr. Capitão Tadeu:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO CÂMERA:- Com o aparte, o deputado Bira Coroa; depois, V.Ex^a.

O Sr. Bira Coroa:- Deputado, eu lhe agradeço, antecipadamente, pelo aparte. Só queria chamar a atenção da falação do deputado Gaban, que respeito muito, e a intenção não foi a de constranger qualquer deputado. Tanto isso é verdade que não citei nome de nenhum dos deputados. Pontuei o que ocorreu na tarde de hoje e que vem ocorrendo ao longo de vários debates pelos deputados de Oposição. Não é quando se referem ao governo Wagner, transferindo a responsabilidade de situações como a de segurança, saúde, dentre outras.

Chamei a atenção apenas de que essas são efeitos da ausência de políticas públicas – não é de governos passados – aliás, nem citei nomes e poderia citar nomes pelo respeito que sempre tive. Agora, mais uma vez, eu quero dizer que segurança pública não é caso de polícia. A polícia é o efeito final da ausência de políticas implementadas ou não aplicadas na saúde, na condição de moradia, na educação, no enfrentamento ao desemprego dentre outras itens que poderia listar. Quanto a isso, com muita clareza, o Estado é carente sim, porque, ao longo de quase 40 anos, a gente não tem vivenciado essas ações.

Obrigado, deputado.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Então, nobre deputado, completando a informação, V.Ex^a que é da Polícia Militar...

(Alguém se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PAULO CÂMERA:- Logo após, primeiro fala o deputado e V.Ex^a, a seguir. Temos quatro minutos.

Então, eu queria lembrar que é preciso fazer esta reestruturação. Lembrando agora de V.Ex^a, é preciso pensar na remuneração que vem, até de formas indiretas como na Bahia. Aliás, todos os policiais militares recebem o tíquete refeição que não recebiam antes. E a proteção inicialmente, só neste ano, 4.237 coletes para proteger o policial foram adquiridos. E, aí, vai um sem-número de ações que eu vou deixar V.Ex^a falar. Mas vou pedir para deixar tempo para que eu possa completar.

Com a palavra o deputado Capitão Tadeu.

O Sr. Capitão Tadeu:- Eu queria agradecer a V.Ex^a em me conceder o aparte e

dizer que eu concordo com V.Ex^a quando diz que este governo fez avanços importantes, sim, na reestruturação da Polícia Militar até agora. Esperamos que o faça, também, com relação às Polícias Civil e Técnica. Mas, deputado, eu gostaria de registrar, como técnico da área, como estudioso da área, e devo reconhecer que o governo está fazendo um esforço. Mas, poderia ter feito um esforço muito maior ainda, poderia ter melhorado muito mais a segurança pública se o governo não ficasse refém de conceitos ultrapassados dentro dessa área. O governo poderia avançar muito mais no que tem feito se ele se libertasse de alguns esqueletos que ficam naqueles porões das instituições policiais civis e militares.

Portanto, eu fico triste porque de um lado reconheço que o governo está fazendo um esforço muito grande, mas poderia fazer muito mais se tivesse ousadia e coragem de inovar, criar e partir para uma polícia melhor ainda.

Muito obrigado pelo aparte.

(Palmas)

O Sr. PAULO CÂMERA:- Tenho certeza de que V.Ex^a entende que Roma não foi feita em um dia e que o governo Wagner tem apenas dois anos. Eu não vou olhar pelo retrovisor, mas tenho que dizer que V.Ex^a hoje pode chegar nesta Casa e dizer que fez conquistas efetivas como deputado representante da classe. Quantas vezes ouvi V.Ex^a debater com o deputado Waldenor, dizendo: eu preciso disso, preciso daquilo, para benefício da Polícia de uma forma geral.

E V.Ex^a hoje, cheio de orgulho, sobe e diz: o esforço do governo. É isso que eu queria ouvir de V.Ex^a, o reconhecimento. Que V.Ex^a volte a esta Casa pelo 2º mandato e que agora V.Ex^a diz: agradeço ao governo Wagner o atendimento da reivindicação dessa classe trabalhadora. É isso que me orgulha em um colega, como V.Ex^a, de reconhecer esse esforço do governo.

Imagine, V.Ex^a é oriundo da Polícia Militar, já fez essa conquista, com certeza vai avançar também nas outras áreas da Segurança Pública da Bahia. E vai lutar por isso. E nós, deputados da Base do Governo, vamos estar ao seu lado, progressivamente, e repito, porque Roma não foi feita em um dia. As conquistas se dão passo a passo, tivemos ali a reestruturação, o plano de carreiras da Polícia Militar. Vamos discutir da Técnica, da Civil e vamos avançando progressivamente.

Lembrem-se dos índices comparativos dos salários dos delegados da Bahia, que continuam defasados, mas comparativamente com a escala nacional, começou a ascender, a melhorar, e assim iremos ao longo desses dois anos restantes, quiçá mais quatro, mas temos certeza absoluta e concreta de que o governo Wagner tem avançado. Está aqui o orçamento mostrado pelo deputado Heraldo Rocha, e os números que tenho para conversarmos e mostrarmos que se avança gradativamente.

Muito obrigado, senhores.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há um requerimento assinado pelo Líder, Waldenor Pereira, que requer, nos termos do artigo nº 181 seguinte do Regimento Interno desta Casa, prioridade para tramitação do projeto nº 17661/08, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação da carreira de especialista em produção de informações econômicas sociais e geoambientais, no âmbito da Superintendência de Estudos Econômicos e sociais da Bahia – SEI e dá outras providências.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao nobre deputado líder, Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu estava conversando com o nobre parlamentar especialista em segurança pública e orçamento, deputado Paulo Câmara, por isso pergunto: é votação do requerimento?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Votação do requerimento de prioridade.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, atendendo reivindicação da própria categoria, já que esse projeto ainda vai ter demandas e receber emendas, eu solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira, Líder do governo.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria apenas de prestar um esclarecimento ao nobre deputado Heraldo Rocha, na expectativa de que ele possa retirar essa questão de ordem, já que estamos apresentando um requerimento de prioridade para quatro projetos que pretendemos colocar em votação na semana que vem.

Por outro lado, diferentemente da informação que ele recebeu, as categorias relacionadas a esses projetos – o da Lei Orgânica da Polícia Civil, o da reorganização da SEI, o que cria a bolsa-auxílio e o que cria a Fundação Bahiafarma – têm interesse que eles sejam votados na semana que vem, sim.

Essas categorias não têm esse entendimento. A não ser que V.Ex^a queira manter essa questão de ordem baseado em outros argumentos.

Quanto à Polícia Civil, a nossa expectativa é que até a próxima semana possamos chegar a um entendimento em relação às emendas que estão sendo apresentadas e apreciadas pelo governo.

Mas, se o deputado Heraldo Rocha não aceder, Sr. Presidente, eu voltarei a pedir uma questão de ordem apenas para convocar a nossa Bancada.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Waldenor, apesar da elegância de V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Que lhe é peculiar.

O Sr. Heraldo Rocha:- É, ele deveria trabalhar no Parlamento inglês ou no francês.

(...) eu não posso atendê-lo, tendo em vista que foi feita esta convocação extraordinária e eu considero que os companheiros deverão vir votar esse

requerimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} serão atendidos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, então, diante dessa solicitação de verificação de quórum de votação formulada pelo deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria em exercício, convoco todos os deputados e deputadas da nossa Bancada a se dirigirem a este Plenário. Necessitamos da presença de 32 Srs. Deputados para votarmos esses requerimentos de prioridade, que são fundamentais para a organização da agenda durante este mês de convocação extraordinária.

São quatro projetos importantes, entre eles o da Lei Orgânica da Polícia Civil; o que vai permitir a reimplantação da Bahiafarma, uma fábrica de medicamentos que serão produzidos na Bahia e vendidos a preços muito mais baratos, permitindo, além disso, a regularização dos estoques dos hospitais públicos da Bahia; o que trata da reestruturação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, que é um dos órgãos mais respeitados do governo do Estado da Bahia haja vista os estudos e pesquisas que desenvolve, fundamentais para a implementação de políticas públicas.

Quero, então, convocar todos os colegas deputados e deputadas da Situação para se deslocarem imediatamente ao Plenário desta Casa, na medida em que há uma solicitação de verificação de quórum de votação de iniciativa do deputado Heraldo Rocha.

Prezados colegas deputados e deputadas da base da Situação, estamos convocando todos a se fazerem presentes ao Plenário, pois há uma solicitação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} serão atendidos.

Eu convido os Srs. Deputados que estão no cafezinho, no Salão Deputado Nestor Duarte, na biblioteca, nos gabinetes, a virem ao Plenário, tendo em vista que há uma verificação de quórum de votação solicitada pelos Líderes Heraldo Rocha e Waldenor Pereira. Por favor, zere-se o painel e sejam marcados os 25 minutos.

Srs. Deputados que querem votar, marquem as presenças, por favor.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes, que na próxima semana talvez vá à Faixa de Gaza. Irá defender a paz em Israel.

O Sr. Álvaro Gomes:- A luta dos palestinos é uma bandeira de todos nós, e devemos organizar algumas manifestações em defesa desse povo, que vem sendo massacrado por Israel, numa política autoritária de massacre de uma população que luta por seu destino, por seus direitos. O Iapaz está firme, mas, por enquanto, não está prevista a minha viagem à Faixa de Gaza. Irei ficar, por enquanto, nesta convocação extraordinária, votando a Lei Orgânica da Polícia Civil, os projetos de interesse da população – são vários que estão em tramitação –, da Defensoria Pública, da saúde,

da educação, enfim, estaremos firmes aqui nestes dias.

Queria também convocar todos os nossos companheiros, colegas parlamentares, para que se façam presentes ao Plenário o mais rapidamente possível. Nós temos 27 Srs. Deputados presentes, estão faltando 5 Srs. Deputados para conseguirmos o quórum de votação. Precisamos, neste esforço concentrado de convocação extraordinária, votar todos os projetos colocados na Ordem do Dia. É preciso uma discussão, debate, mas é necessário que haja objetividade para que possamos votar todos os projetos.

Temos 29 Srs. Deputados presentes, estão faltando apenas 3 Srs. Deputados para que possamos alcançar o quórum necessário para votação. Alcançamos 30 Srs. Deputados presentes, estão faltando apenas 2 deputados, para que consigamos o quórum de votação.

É interessante que os parlamentares fiquem próximos. Evidentemente que existem vários segmentos do Estado e os parlamentares estão conversando, discutindo, mas são quatro requerimentos.

Já se alcançou o quórum. Mas é importante que os deputados fiquem aqui para que em uma nova solicitação de quórum, não utilizarmos os 25 minutos e ganharmos tempo para que haja a votação. Conseguimos quórum, nobre presidente Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há quórum de votação.

Como recomenda a Bancada de V.Ex^a, deputado Waldenor? Sim, não ou abstenção?

O Sr. Waldenor Pereira:- Recomendamos votar favoravelmente, sim, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- o deputado Waldenor recomenda sim.

Deputado Heraldo Rocha?

Sr. Heraldo Rocha:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado do PP?

Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado do PR? Como não está o Líder do PR, nem o Vice-Líder...

Em votação.

Todos os Líderes partidários recomendam sim.

O Sr. Euclides Fernandes: -Questão de ordem, Sr. Presidente.

Pois não, deputado Euclides. Apesar de estar em votação e não poder haver questão de ordem, vou abrir uma deferência para V.Ex^a.

O Sr. Euclides Fernandes:- É sobre o processo de votação. A minha frequência não está marcada e, conseqüentemente, estou impedido de votar. Como eu estava no Plenário no momento em que foi anunciada a votação, eu queria saber de V.Ex^a qual seria o procedimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a está marcando a presença. V.Ex^a está apto a votar. Quando existe quórum, volta para o anterior e, conseqüentemente, todos podem votar.

Vou encerrar a votação.

Todos os Líderes recomendam sim. Estão faltando votar os deputados Antônio Pedrosa, Bira Coroa, Eliana Boaventura, Gildásio Penedo, o deputado Nelson Leal está chegando aqui agora. Vou aguardar V.Ex^{as}.

Vou encerrar a votação.

O deputado Pedro Alcântara está destreinado.

Encerrada a votação.

Resultado. Aprovado por unanimidade. Sim 46, não 0. Portanto, aprovado o requerimento de prioridade do Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, o de nº 6.635.

Próximo requerimento, nº 6.636/2009:

“Requeiro, nos termos do art.181 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, PRIORIDADE para a tramitação do Projeto de Lei nº 17.697/2008, de autoria do Poder Executivo, que “Institui a Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia e dá outras providências”.

Em votação.

Aprovado por unanimidade.

Prioridade para o Projeto de Lei nº 17.697:

“Requeiro, nos termos do art. 181 e seguintes do Regimento Interno, prioridade para tramitação do Projeto de Lei nº 17.697/2008, de autoria do Poder Executivo, que institui a lei orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia e dá outras providências”.

Próximo requerimento do deputado Waldenor Pereira:

“Requeiro, nos termos do art. 181 e seguintes do Regimento Interno, desta Casa Legislativa prioridade para tramitação do Projeto de Lei nº 17.708/2008, de autoria do Poder Executivo, que institui a bolsa-auxílio, o auxílio por participação em curso ou processos seletivos e o auxílio produtividade no âmbito das Universidades Estaduais da Bahia segundo os critérios e limites fixados nesta Lei e dá outras providências.”

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

Em votação o requerimento nº 6.638/2009, de autoria do deputado Waldenor Pereira, Líder do governo.

“Requeiro, nos termos do art. 181 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, PRIORIDADE para a tramitação do projeto de lei nº 17.709/08, de autoria do Poder Executivo, que 'Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Bahiana de Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, Fornecimento e Distribuição de Medicamentos - BAHIAFARMA, e dá outras providências.”

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em discussão única e votação o projeto nº 17.609/08, do Poder Executivo, que “Altera o art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 11.053, de 06 de junho de 2008.”

PROJETO DE LEI Nº 17.609/2008

Altera o art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 11.053, de 06 de junho de 2008.

O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O art. 1º e seu parágrafo único, da Lei nº 11.053, de 06 de junho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o valor de US\$ 409,000,000.00 (quatrocentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), em apoio ao Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS, observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão de garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo serão aplicados nas ações prioritárias de investimento constantes do Plano Plurianual de Aplicações – PPA do Estado”.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Paulo Câmera para relatar a matéria.

O Sr. PAULO CÂMERA:- Nobres colegas, Sr. Presidente, apesar da aridez do parecer, ele propõe que nós possamos contratar junto ao BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, US\$ 409,000,000.00 (quatrocentos e nove milhões de dólares) - vou repetir propositadamente: US\$ 409,000,000.00 (quatrocentos e nove milhões de dólares) - para continuarmos o processo de desenvolvimento do combate às desigualdades sociais no Estado da Bahia.

Por isso, passo a relatá-lo.

(Lê) *“Através da proposição que ora passo a relatar, busca, o Poder Executivo, promover alteração no art. 1º e parágrafo único da Lei nº 11.053/2008, que autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito externa no valor de 409 milhões de dólares junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para financiar o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS.*

A medida vem atender exigência da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo a finalidade de 'ajustar a Lei Autorizativa vigente à proposta geral do Programa, que é de apoiar medidas de políticas para melhorar a eficiência e a efetividade da gestão fiscal, do gasto público e do investimento público, visando à consolidação e à sustentabilidade do equilíbrio fiscal do Estado', conforme registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada a esta Casa.

Trata-se, assim, de mera adaptação do texto legal para atender exigências dos órgãos federais acima citados, fazendo-se apenas constar, do caput do art. 1º, a destinação do empréstimo ao PROCONFIS, que antes era redação do parágrafo único, e inserir neste que a aplicação dos recursos se dará 'nas ações prioritárias de investimento constantes do Plano Plurianual de Aplicações - PPA do Estado.'”

O projeto não recebeu emendas. Opino pela sua aprovação na forma apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Paulo Câmera - Relator

Sala das Sessões, 6 de janeiro de 2009.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer no âmbito das Comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade no âmbito das Comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Em discussão.

Para discutir o Líder do DEM, deputado Heraldo Rocha, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, o projeto de lei que o Sr. Governador do Estado da Bahia tem a satisfação de encaminhar a V.Ex^{as} para apreciação desta Casa em seu anexo altera o art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 11.053, de 06 de junho de 2008, que autorizou o Poder Executivo a contratar, em nome do Estado da Bahia, (Lê) “junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, operação de crédito externo até o limite de US\$ 409,000,000.00 (quatrocentos e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao financiamento do Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - PROCONFIS.

A presente Proposição tem por objetivo atender exigências feitas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e pela Secretaria do Tesouro Nacional -STN, com a finalidade de ajustar a Lei Autorizativa vigente à proposta geral do Programa, que é de apoiar medidas de políticas para melhorar a eficiência e a efetividade da gestão fiscal, do gasto público e do investimento público, visando à consolidação e à sustentabilidade do equilíbrio fiscal do Estado.

Conforme previsto no art. 79 da Constituição do Estado, solicito que, na tramitação do presente Projeto de Lei, seja observado o regime de urgência, aproveitando o ensejo para renovar a V. Excelência e aos seus dignos Pares as expressões de minha elevada estima e distinta consideração.”

Sr. Presidente, não usarei os 20 minutos a que tenho direito, como líder, para discutir este projeto. Mas quero registrar que em recente passado alguns parlamentares, que continuaram nesta Casa, quando participavam da Bancada da Oposição votavam contra projetos semelhantes a este; todos os projetos que vinham do Executivo eram sistematicamente rejeitados pela bancada que nos honra até hoje, sendo do governo.

Cito alguns exemplos como o da Ford. Quando o nosso grupo político, ao qual tenho a honra de pertencer, pois tenho na minha vida um histórico de coerência, porque acredito que coerência não tem preço, e naquela oportunidade da Ford, já na madrugada, eles votaram contra o nosso projeto para trazer a Ford para a Bahia.

Alguns colegas que naquela oportunidade nos deram a honra de participar da base aliada do governo, que graças ao eleitorado baiano se elegeram pelo nosso grupo político, por uma decisão da sua consciência, que respeitamos, hoje fazem parte da base aliada do governo e são testemunhas do que estou dizendo.

Outro fato que eu gostaria de registrar, porque tenho sido perguntado, acredito que muitos parlamentares também têm sido. Deputado Zé Neto, por que esses projetos se acumularam?

V.Ex^a até respondeu com muita propriedade para a imprensa. Por que esses projetos foram acumulados no fim do exercício de 2008?

A culpa foi do governo. V.Ex^a disse que não. Mas foi. Citarei com dados e comprovarei que V.Ex^a, talvez, no intuito e no ímpeto de defender o governo, deu aquela declaração, em parte, infeliz.

Quando tivemos o problema das comissões temáticas em que o governo não tinha maioria. A liderança, por uma jogada regimental, natural do processo parlamentar, não permitia que os seus parlamentares dessem quórum nas comissões, o primeiro ponto. O governo não tinha maioria nas comissões, muitas vezes para discutir temáticas como da própria segurança pública, como da saúde, nós dávamos quórum. Não é obrigação da Oposição dar quórum, quem dá quórum em qualquer Parlamento é o governo. Mas, quando eram assuntos que beneficiavam e que não prejudicavam o trabalho regimental, a Oposição dava quórum.

Ganhamos na Justiça por 11 a 9 a proporcionalidade das comissões. O que é isso? Inclusive decisões tomadas pelo Supremo, mais de uma, de que o mandato é do Partido. Daí que sou proponente da fidelidade partidária. Quem é eleito pelo PT tem que completar o seu mandato pelo PT; quem é eleito pelo PMDB tem que completar o seu mandato pelo PMDB. E não é a primeira vez que nos meus 5 mandatos nesta Casa, em companhia dessa figura humana maravilhosa que é o nosso secretário executivo Dr. Carlos, já vimos esse filme, mudam-se os artistas, mas o filme é o mesmo, ora em technicolor ora em preto e branco.

O que ocorreu? Mais uma vez, o nosso presidente deputado Marcelo Nilo cumpriu a decisão judicial. Meu querido Líder do governo, professor, ex-reitor da universidade, homem de grande capacidade, não cumpriu, impôs na base do rolo compressor e implantou as comissões. Com todo o respeito ao Partido Progressista, foi dado a ele uma secretaria de Estado, ao nosso companheiro, bravo deputado que havia sido derrotado em Lauro de Freitas, deputado Roberto Muniz. E a partir desse momento, o governo teve uma maioria simples e desligaram-se do bloco chamado Independente. E os processos estão se acumulando.

Aconteceu por diversas vezes aqui que a Bancada da Maioria, a Bancada da base aliada não tinha 32 deputados para votar nem requerimento de urgência, e o processo foi se acumulando. Ora, tinha que ser convocado o recesso, pela primeira vez acumularam-se mais de 25 projetos importantes, porque agora é o período do dissídio da maioria das categorias. E o governo teria que dar uma resposta a suas categorias através da Mesa de Negociação.

Tudo isso tem um histórico, tem que ficar aqui nos anais, porque o republicanismo e a democracia desse governo caíram por terra. A máscara caiu! Na hora que o Exmº Sr. Governador, que é governador dos baianos, não vai à posse do prefeito, a máscara caiu. O republicano, o governador Jaques Wagner disse que agora o prefeito é de oposição, o prefeito de Salvador, que é da nossa capital. Quer dizer que ele vai fazer oposição ao prefeito ou vai fazer oposição a Salvador? Claro, está cristalino como água de rocha que ele vai fazer oposição a Salvador. O histórico tem que ficar nos anais da Casa.

Nós precisamos, na nossa vida parlamentar, na nossa atividade política, ter coerência, ter ética, cumprir o que povo quis para nós, ou seja, o povo da Bahia, deputado Clóvis Ferraz, nos quis na Oposição. Mas não uma oposição sectária. Não uma oposição que tudo que venha do governo sejamos contra. Não. Temos que votar aquilo que a nossa consciência manda. Quantas denúncias nós formulamos nestes

dois anos de mandato e particularmente no ano passado? Vamos ver: o problema da Fonte Nova até hoje não foi resolvido; o problema de Pituaçu; o problema do Hospital do Subúrbio denunciado na época em que iam construí-lo; o Hospital da Criança em Feira; a situação da Segurança Pública, que, segundo o nobre deputado Javier Alfaya, está bem...

Pergunte... Eu tenho uma enquete no meu site sobre a violência na Bahia – podem acessar o www.heraldorocha.com.br – e lá eu pergunto: é prioridade a segurança pública para o governo Jaques Wagner? Veja como é que o povo está respondendo. Essa mesma pesquisa foi feita pelo *Bahia Notícias*, que é um *blog* do ilustríssimo jornalista Samuel Celestino, e façam tantos outros. Então, será que eu estou radicalizando a minha posição? Será que quando visitamos os bairros e as cidades do interior, que temos a honra de representar... Ontem mesmo estive, pela manhã, em Santo Amaro da Purificação e lá, os questionamentos que me fizeram é que a situação de segurança na Candolândia, no Acupe, é gravíssima. Estive, poucas semanas atrás, na região de Itapetinga, Macarani, Maiquinique, Itambé, Itororó, e ouvi a mesma queixa. Fui ao extremo-sul, Itajuípe, Buerarema, São José da Vitória, a mesma queixa. Então, será que sou eu, nobre deputado Javier Alfaya? Será que sou eu que digo que estão morrendo na Bahia... Quando vimos há pouco o depoimento – não estive lá, mas pela segurança do depoimento do nobre deputado Getúlio Ubiratan, que tem representado o extremo-sul com muita dignidade... Particularmente, essa área da Segurança pode derrotá-lo, deputado. Eu não desejo isso, porque a presença de V.Ex^a nesta Casa é uma presença muito importante. V.Ex^a está representando hoje o extremo-sul da Bahia. E eu tenho receio porque quero que V.Ex^a retorne. E o que V.Ex^a disse no programa de rádio? V.Ex^a tem falado no crime de um ex-deputado, que até hoje não se esclareceu. E os crimes que estão ocorrendo lá? Desde dezembro que os colegas nossos que foram candidatos que perderam eleição... Por quê? Eles são da base aliada e perderam por quê? Perderam porque na época disseram que o governo ia ganhar e que ia resolver o problema.

Então, eu queria, para encerrar, Sr. Presidente, dizer que a Bancada de Oposição votará, sim, vai dar quórum, mas vamos pedir quórum...

O Sr. Javier Alfaya:- O projeto é bom, o projeto é correto.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Claro, claro. Não estou discutindo isso. Estou discutindo, mostrando ao deputado Javier... V.Ex^a é um deputado de “quatro costados”.

O Sr. Getúlio Ubiratan:- Explique, deputado, o que é isso?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Quatro costados: é uma expressão que o meu pai usava, meu finado pai. V.Ex^a sabe o que estou dizendo.

Quero dizer, deputados Getúlio e Javier, que a eleição de 2010 vai ser difícil para todos nós. Agora, para quem está defendendo este governo vai ser muito mais difícil ainda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (J. Carlos):- Para o discutir o projeto de lei nº 17.609/08, com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, lógico, Líder Heraldo Rocha, que vamos votar sim, como já votamos no ano passado. Mas vamos aprovar esse projeto tendo a consciência de que é um desperdício, de que é uma lei para inglês ver; na verdade, é o governo do Estado iludindo o Banco Interamericano. Por que US\$ 409 milhões? Para que esse dinheiro? Para três coisas: melhorar a eficiência e a efetividade da gestão fiscal; melhorar a eficiência do gasto público; e melhorar a eficiência do investimento público do Estado.

Comecemos pelo item melhorar a eficiência da gestão fiscal. Pois bem, há 16 anos, nos governos de Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Paulo Souto e Otto Alencar, o Grupo Fisco baiano foi referência nacional. Investiu-se dinheiro nele para que tivesse eficiência, imparcialidade e não fosse instrumento de perseguição política.

E o que acontece atualmente na Secretaria da Fazenda do Estado? Há uma paralisação no Grupo Fisco. Por quê? Porque o governo Wagner quer aparelhar a fiscalização estadual, quer proporcionar um trem da alegria equiparando agentes de tributos a auditores fiscais. E para que isso, deputado Heraldo Rocha? Para que haja a perseguição fiscal do Estado contra o pequeno e o microempresário.

Quem não rezar na cartilha petista, quem não rezar na cartilha do governo Wagner, será perseguido por esse Grupo Fisco! Nem nos momentos de menor liberdade neste Estado nenhum governador teve a coragem de interferir nesse segmento. E agora o governo do PT, o partido que, infelizmente, traiu a sua história, quer usar o Grupo Fisco para a perseguição.

E ainda vai tomar US\$ 409 milhões para dizer que quer melhorar a eficiência desse grupo. Como melhorar a eficiência se patrocina agora um trem da alegria na Secretaria da Fazenda para equiparar ao cargo de auditor fiscal milhares de servidores que não fizeram concurso para essa categoria?

Diz também que quer melhorar o gasto público. Ora, um governo perdulário, que gasta em perfumaria, em despesas de custeio, que não tem norte nem política de austeridade, que não tem controle! E isso ocorre porque é um governo arquipélago, cada secretaria é uma ilha isolada comandada pelo partido político que indicou o secretário! Um governo assim pode melhorar o gasto público?

Já que V.Ex^a citou a Fonte Nova, vejam o que este governo está fazendo. O gramado está lá com consultores em grama, com irrigação, etc. Para que aquele gramado lá? Está aí o Estádio de Pítuaçu, que se arrasta Deus sabe há quanto tempo para ser entregue e não é entregue.

E qual será o destino do Estádio de Pítuaçu quando, em 2014, o governador de então conseguir entregar aquele estádio para a Copa do Mundo? Como se gasta! Pensava-se em 21 milhões de reais para Pítuaçu, já está em 55 milhões e há quem diga que chegará a 80 milhões. O estádio campeão das dispensas de licitação, e o governador vai ao Banco Interamericano de Desenvolvimento tomar 409 milhões de

dólares para dizer que é para melhorar o gasto público do Estado. Na área de investimento, melhorar o investimento público.

O governador foi à Suécia para dizer que estava contribuindo para a duplicação da Veracel no Extremo Sul do Estado. Governador Wagner, suas viagens podem ser de turismo ou de lazer, mas nunca para trazer investimentos para este Estado. No que o Estado da Bahia contribuiu para a duplicação da Veracel, uma planta que na sua inauguração já tinha previsão de duplicação? Qual o resultado concreto de uma viagem que o governador fez ao exterior? Das 17 viagens que fez ao exterior, o que o governador trouxe para a Bahia? Nada.

Hoje se falou aqui que enquanto está a crise na área de segurança o governador toma banho de mar em Inema. Esse banho de mar poderia ser até produtivo se Wagner fosse Eduardo Campos, que leva os investimentos para Pernambuco em detrimento da Bahia, perdemos o pólo têxtil que proporcionaria à Bahia 50 mil empregos; o Pólo Petroquímico de Camaçari está em séria crise, que se agravou com a crise internacional, com os preços dos produtos petroquímicos baixando. A cada dia que passa vemos Braskem anunciar o fechamento de uma planta em Camaçari, e o governador não diz nada.

Cadê as obras do PAC para a Bahia? A Bahia foi um dos Estados mais penalizados com as obras do PAC, só tem agora para mostrar, deputada Maria Luiza, as obras do sistema viário do Aeroporto, e isso porque teve à frente o ministro Geddel Vieira Lima, senão não teria realizado. Cadê a Via Portuária, que se arrasta há quase seis anos e se encontra paralisada? Esse é um governo que discrimina Salvador, é um governador que não gosta de Salvador.

Vemos agora o grave problema do Litoral Norte, e o governador está pedindo 409 milhões de dólares para melhorar o investimento público. Governador, cadê a solução para os investimentos no Litoral Norte? Há aqui nesta Casa um projeto de lei muito bem elaborado pelo nobre deputado Edson Pimenta e que se encontra parado, porque o que vi aqui da representação oficial do governo do Estado é que no Litoral Norte deveria se construir, deputado Bira Coroa, V.Ex^a, que é um bravo e legítimo representante dessa área do Estado, barracas de *hippies* tipo as de Areembepe. É isso que o governador diz ao presidente do grupo Iberostar. Será que é por isso que estamos perdendo o Fiesta? Será que é por isso que quebraram o Reta Atlântico? Será por isso que os grupos italianos estão indo embora da Bahia? É este o governador que não manda na área de meio ambiente. E não tem vontade. Governador, há dois anos os empresários do Litoral Norte, as autoridades do Litoral Norte pedem a aprovação de uma lei que fixe parâmetros para aquela área de proteção ambiental. V. Ex^a, governador, promete, promete e não cumpre! Promete e não cumpre! V. Ex^a não tem coragem para enfrentar os xiitas ecológicos do seu governo, eles querem ver o empobrecimento da região, e não há maior dano ambiental do que a pobreza da população. A população pobre é levada a causar danos ambientais, a fazer invasões, a construir fora dos parâmetros. A miséria obriga essa população a agir dessa maneira. Mas quando se tem um empreendimento ambientalmente limpo, que não vai custar um centavo aos cofres do Estado, chega na Bahia e pára. Na Bahia se inventou, no

governo Wagner, deputado Heraldo Rocha, a moda de se rever licença ambiental, até as que já foram concedidas. Não respeitam contratos, rasgam os contratos. Aliás, essa é uma marca do Partido dos Trabalhadores. Se o presidente da República não consegue agilizar o licenciamento ambiental de uma usina hidrelétrica, imagine o governador do Estado! Enquanto isso, ficam distribuindo a torto e a direito licenças ambientais para termoeletricas, que são muito mais nocivas ao meio ambiente, muito mais poluidoras e muito mais caras.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado João Carlos, V. Ex^a faz um belo pronunciamento, consubstanciado, mostra a preocupação que todos deveriam ter. E eu estava aqui conversando informalmente, e falava desse projeto cujo relator foi o deputado Paulo Câmara. O deputado coloca, como sempre eu tenho feito, mas não vou voltar a esse assunto, porque sou radicalmente contra aprovar projeto em regime de urgência, impossibilita o conhecimento deste colegiado do que se está votando. O prezado amigo deputado Paulo Câmara disse que será em torno de 1 bilhão de reais. Pergunto a esta Casa: algum parlamentar sabe qual é o juro que será pago pelo governo do Estado? Qual é o prazo de pagamento, quantos anos o governo ficará endividado? Duas décadas? Uma década? Qual é o prazo de amortização anual desse empréstimo de 1 bilhão de reais que esta Casa está fazendo? E mais: eu nunca vi na história do Poder Legislativo, em todos os projetos de empréstimos que já aprovamos aqui, o Tribunal de Contas se passasse pelo crivo da nossa Casa na aprovação ou não daquele projeto...

Estamos hoje discutindo dentro do âmbito que V. Ex^a está colocando e esta Casa deveria acordar, tem de acordar. Como é que se aprova um projeto de 1 bilhão de reais sem saber exatamente como será aplicado, qual o juro, qual o endividamento, por quantas décadas e a forma.

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Gaban:- Então, estamos em convocação extraordinária e é importante, já que V. Ex^a, deputado Waldenor, coloca com muita propriedade, não botar veneno, mas botar a Casa para acordar. Não é a primeira vez, e não será a última... E a deputada Maria Luiza dizia: se eu votar contra, estarei votando contra a Bahia, se eu votar a favor, eu não sei o que estou votando. É o sentimento de todos.

Acredito que está na hora – até já passou da hora - de o Poder [Legislativo saber da sua responsabilidade. Se for cobrado aqui, é lógico, o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, sempre muito bem informado, talvez seja o único na Casa que sabe detalhar em quantas décadas será este financiamento, os juros mensais que serão cobrados. Enfim, a Bahia, nós sabemos, que tem poder de endividamento, está adimplente, porque senão não poderia ter. Mas, sem o deputado Waldenor, não sei se saberíamos detalhes. Mas ninguém na Casa, desafio um parlamentar que levante a voz agora e responda a estes questionamentos que estou fazendo.

Então, não estamos falando de 1 real, estamos falando de 1 bilhão e a Casa tem que ter responsabilidade. Fomos eleitos aqui para fiscalizar com responsabilidade. Não é votar contra; mas, saber o que estamos votando. Por isso que nunca sou a favor

de um projeto em urgência, porque votamos sem saber o que estamos votando e as consequências ficarão aí, se for o caso, para os nossos netos.

Agradeço o aparte que V.Ex^a me concedeu.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Eu que agradeço e me sinto honrado. Na verdade, deputado Gaban, só para um esclarecimento, a autorização para o empréstimo, demos no ano passado. Agora, só estamos fazendo um ajuste na lei.

Com o aparte o nobre líder do governo, deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado João Carlos, agradeço a V.Ex^a o aparte. Apenas para esclarecimento ao deputado Gaban, o que V.Ex^a acabou de informar, nós já aprovamos a operação de crédito em maio do ano passado. Agora, estamos fazendo uma adequação na redação do objetivo do projeto.

É importante destacar que este recurso, deputado Gaban, é para a renegociação da dívida pública do Estado da Bahia. Esse projeto é para o alongamento da dívida pública, para permitir que o pagamento mensal, parcelado, seja reduzido e permita ao governo da Bahia, deputado João Carlos, maior capacidade de investimento, porque temos uma dívida relativamente pequena, mediana de dez bilhões, onze bilhões de reais da dívida pública. Só que o pagamento dela a curto prazo fica muito alto.

Este ano de 2009, o governo da Bahia, se não for renegociada a dívida, terá que pagar dois bilhões e cem milhões de reais em juros e amortização da dívida. Isso inviabiliza a realização de investimentos.

Então, o empréstimo é para renegociar a dívida para alongar o perfil da dívida pública da Bahia e permitir a redução do pagamento mensal e anual, naturalmente, da nossa dívida pública interna.

Agradeço a V.Ex^a, apenas a título de esclarecimento.

O Sr. Gaban:- Um aparte.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Agradeço, nobre líder. Com o aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Uma breve complementação. Eu concordo em gênero, número e grau com o que V.Ex^a colocou, mas o que digo e repito, é que aprovamos este empréstimo no ano passado, lógico, tanto é que foi aprovado por unanimidade, deputado Waldenor. Mas, o deputado não sabe o que está acontecendo. Se aprovarmos por regime de urgência um empréstimo dessa monta e é óbvio que é necessário, por isso que a deputada Maria Luiza, eu citei o nome dela, até peço desculpas, sem autorização, mas sua preocupação é totalmente pertinente, porque se não votar para este refinanciamento do débito que o governo tem, isso prejudicaria a Bahia em bilhões. Mas, se também aprovar para saber exatamente como será o comportamento, como será essa renegociação, não deixa também de ser uma irresponsabilidade dos parlamentares desta Casa.

Muito obrigado, mais uma vez.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR :- Mais uma vez agradeço aos deputados Gaban e Waldenor por terem contribuído para este pronunciamento e reafirmo o que aqui disse o deputado Heraldo Rocha: nós da Oposição temos a incumbência de fiscalizar, a incumbência de discutir os projetos, mas não fazemos oposição contra o

Estado da Bahia, diferentemente do Partido dos Trabalhadores que votou contra a vinda da Ford para a Bahia, votaremos a favor desta alteração no projeto de lei que autoriza o governo a renegociar com o BIRD 409 milhões de dólares.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação...

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, nobre deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a uma verificação de quorum de votação para que possamos ter todos os parlamentares no recesso parlamentar, nesta convocação extraordinária.

O Sr. Waldenor Pereira. Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Líder do governo, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a solicitação de verificação de quórum de votação de iniciativa do deputado Heraldo Rocha, quero convocar, imediatamente, todos os parlamentares da nossa base, deputados e deputadas que se encontram nas diversas dependências desta Casa Legislativa, para se deslocarem, imediatamente, até o Plenário para que possamos votar, o mais rápido possível, esse primeiro projeto da pauta da convocação extraordinária, importante projeto que vai permitir ao governo da Bahia renegociar sua dívida, reduzir o pagamento dos juros de amortização de curto prazo e permitir ao governo maior disponibilidade de recurso para realização de investimentos.

Portanto, solicito a todos os deputados e deputadas que se encontram nas diferentes dependências da Casa para se deslocarem imediatamente até o Plenário desta Casa, pois há uma solicitação de verificação de quórum de votação e precisamos da presença de 32 Srs. Deputados e Deputadas.

Quero solicitar a V.Ex^a, Sr. Presidente, que acione as campainhas, convocar a todos e que marque os 25 minutos para a recomposição de quórum de votação.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Solicito aos deputados que estão no cafezinho, no salão deputado Nestor Duarte, estão nos gabinetes, na biblioteca e em outras dependências que compareçam ao Plenário tendo em vista que há um pedido de quórum de votação solicitado pelo deputado Waldenor Pereira e pelo deputado Heraldo Rocha.

(os Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, que seja zerado o painel.

Senhores Deputados, por favor, marquem as presenças. (Pausa). Senhores Deputados que queiram votar o Projeto de lei nº 17.609/2008 de autoria do Poder Executivo, que altera o artigo 1º em seu parágrafo único da Lei nº 11.053 de 06 de junho, há quórum de votação, quórum de 32 Srs. Deputados.

Senhores Deputados que queiram votar, por favor, marquem suas presenças.

(pausa) Há quórum de votação solicitado pelo deputado Heraldo Rocha, Líder do Democratas e deputado Waldenor Pereira para votar o Projeto de lei do Poder Executivo, e é o primeiro projeto que vamos votar nessa convocação extraordinária que altera o artigo 1º no seu parágrafo único da Lei nº 11.053 de 06 de junho de 2008.

Lembramos aos Srs. Deputados que amanhã haverá mais 04 projetos na Ordem do Dia, teremos mais projetos para votar.(Pausa)

Há quórum para votação. Recomposto o Plenário.

Senhores Deputados, como recomendam a sua Bancada, deputado Heraldo Rocha? (pausa) Deputado João Carlos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Bancada da Minoria recomenda sim. Como recomenda o deputado Elmar Nascimento, sim, não ou abstenção?

O Sr. Elmar Nascimento:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Recomenda sim. Deputado Luiz Augusto, como recomenda à Bancada?

O Sr. Luiz Augusto:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim. Deputado Waldenor?

O Sr. Waldenor Pereira:- Sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim.

Todos os líderes recomendam sim. Em votação. (pausa)

Quero parabenizar os Srs. Deputados tendo em vista que há uma presença de 59 Srs. Deputados aqui no Plenário, 59 senhores parlamentares estão presentes neste primeiro dia de votação em função da convocação extraordinária. Todos os Líderes partidários recomendam sim. Estão faltando votar os deputados Aderbal Caldas, Ângela Souza, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Fábio Santana, Fernando Torres, Gilberto Brito, o qual está aqui presente, Gildásio Penedo, João Bonfim, Luciano Simões, Luiz Argolo, Misael Neto, Pedro Alcântara, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis.

Srs. Deputados, vou encerrar a votação. (Pausa)

Encerrada a votação.

Resultado, aprovado com 44 sim e 01 não o projeto nº 17.609/2008, que altera o Artigo 1º no seu Parágrafo Único da Lei nº 11.053.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em discussão única e votação o Projeto de Lei nº 17.627, de autoria do Poder Executivo, que prorroga prazo e edita metas do Programa Nacional da Universalização do acesso e uso da energia elétrica Luz para Todos, prevista na lei nº 9.136, de 08 de junho de 2004, após alteração introduzida pela lei nº 9.442, de 11 de abril de 2005.

PROJETO DE LEI Nº 17.627/2008

Prorroga prazo e edita metas do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS, previstas na Lei nº 9.136, de 08 de junho de 2004, após alteração introduzida pela Lei nº 9.442, de 11 de abril de 2005.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A autorização a que se refere a Lei nº 9.136, de 11 de abril de 2004, fica prorrogada até 2010 e a meta física fica acrescida de 235.000 (duzentos e trinta e cinco mil) consumidores do meio rural.

Art. 2º - A participação financeira do Estado far-se-á mediante subvenção econômica, no percentual de até 10% (dez por cento) do montante estimado de R\$ 2.840.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e quarenta milhões de reais), relativos à meta adicional do Programa de Obras, que se estenderá aos anos 2009 e 2010.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle. Designo o deputado João Carlos Bacelar para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado João Carlos Bacelar para relatar a matéria do Projeto de Lei nº 17.627/2008, que é o Programa Luz para Todos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- *“Parecer Das Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.627/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual “Prorroga prazo e edita metas do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – LUZ PARA TODOS, previstos na Lei nº 9.136, de 08 de junho de 2004, após alteração introduzida pela Lei nº 9.442, de 11 de abril de 2005.”*

Encaminha o Exmº Sr. Governador do Estado à apreciação da Assembléia

Legislativa, o projeto que ora passo a relatar, propondo a ampliação da meta do Programa LUZ PARA TODOS em nível estadual, bem como o prazo de execução para o ano de 2010, com fundamento no Decreto Federal nº 6.442/2008.

Conforme registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem, a medida decorre do fato de haverem sido identificados “aproximadamente 235.000 (duzentos e trinta e cinco mil) novos domicílios rurais, no Estado da Bahia, carentes do serviço de energia elétrica, potenciais destinatários do Programa.”

A proposta objetiva, portanto, a continuidade do LUZ PARA TODOS, tratando-se de matéria de grande relevância social, na medida em que “evita sua desaceleração, com uma eventual desmobilização de empresas envolvidas no processo de execução do Programa, e eventuais demissões de mão-de-obra especializada, prestadoras de serviços à Concessionária Agente Executora”, citando mais uma vez a Mensagem Governamental, a qual ressalta ainda que “o impacto financeiro-orçamentário do Projeto é no percentual de 10% do montante estimado em R\$ R\$ 2.840.000.000,00 (dois bilhões, oitocentos e quarenta milhões de reais) relativos à meta adicional de Obras do Programa, que se estenderá aos anos de 2009 e 2010.”

O projeto não recebeu emendas. Opino pela sua aprovação na forma originalmente proposta pelo Poder Executivo.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em discussão, no âmbito das comissões, o parecer do nobre deputado João Carlos Bacelar. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado à unanimidade. Em discussão, no Plenário, o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores e senhoras jornalistas, senhores e senhoras das Galerias Paulo Jackson, o projeto que ora discutimos prorroga o prazo do Programa Luz para Todos. Consideramos esse programa importante, derivado do primeiro implantado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Programa Luz no Campo. O Governo do PT, o Governo Lula, soube aproveitar as características do programa de universalização da energia, esse sumo tão importante, com essa demanda reprimida muito grande nas áreas rurais, principalmente na Região Nordeste. Diria que foi inteligente da parte do Governo Lula ter dado continuidade ao Programa Luz no Campo. Apenas mudou o nome do programa.

O Sr. Zé Neto:- Antes o Programa Luz no Campo era pago, hoje não. V.Ex^a está mal informado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Apenas mudou o nome. Deputado Zé Neto, V.Ex^a pode se inscrever para discutir o projeto. Mudou o nome do programa, reestruturou o programa. Não pagava não. Sr. Presidente, estou discutindo. O deputado Zé Neto às vezes tem um rompante de... O Programa Luz no Campo era estruturado com a

participação do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais, na proporcionalidade... Inclusive o Estado da Bahia, no governo de Paulo Souto, o Estado colocava 30% no Programa.

O Sr. Javier Alfaya:- E o governo ficou sem pagar, atrasou e no final o Governo Jaques Wagner teve que aumentar a participação do Estado!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna, por favor. Srs. Deputados! Srs. Deputados, por favor, há um orador na Tribuna, o nobre deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Havia uma participação maior do Governo do Estado, do Governo Paulo Souto. Esse programa foi assinado aqui no Governo de Paulo Souto, com a presença dos ministros, inclusive foi assinado, posteriormente, já com a presença do ministro de Lula, com a participação de 30% exatamente para que houvesse maior celeridade no Programa e um maior número de ligações domiciliares. V.Ex^a sabe muito bem disso, deputado Zé Neto. V.Ex^a vai ter oportunidade de discutir. Estou aqui dizendo que o Governo Lula foi inteligente em dar continuidade a esse Programa. Mudou o nome do Programa. Agora, o Governo do Estado foi beneficiado, porque vai participar com 10%.

Em função exatamente desse atrasou no programa é que não se cumpriu o prazo de universalização, que era 2010. Inicialmente, era 2013, depois 2010 e agora está mudando porque não se cumpriu o prazo para a universalização, deputado Zé Neto. V.Ex^a deve saber disso, mas continua negando. Era 2013, depois o Governo Lula anunciou que seria 2010 e agora não se cumpriram os prazos. É exatamente por isso que estamos aqui discutindo e aprovando esse projeto.

Achamos louvável o governo do Estado ter mandado esse projeto, inclusive, agora com a participação do governo com 10% nos projetos de energia para os municípios, ou seja, o governo do Estado vai ter uma participação de 10% , que não tinha antes. No governo de Paulo Souto era 30% com recursos do Tesouro, por isso o programa teve uma grande celeridade, agora passa o governo do Estado a participar com 10%. Antes também os municípios podiam participar com 10%, era opcional.

Elogiamos a postura do governo Jaques Wagner que manda a esta Casa, inclusive propondo a participação, para que sejam cumpridas as metas do programa que é de universalização, de levar energia para todos os lares baianos, principalmente para a zona rural que tem grande necessidade. Hoje, ainda temos diversas regiões no Estado da Bahia, diversas localidades mais distantes, que estão sem energia, serviço tão importante para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, principalmente do produtor rural que necessita da energia não só para o seu uso doméstico, mas também para desenvolver qualquer atividade que demanda esse insumo.

Por isso quero dizer que nessa questão, somos favoráveis à votação desse projeto porque traz benefícios para a sociedade baiana, para o produtor rural, para todos. E queremos que desta vez, deputado Zé Neto, cumpram-se as metas e que o programa não sofra os atrasos que sofreu nesse período.

O Sr. Javier Alfaya:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Nobre Líder deputado Waldenor, admito que houve

avanços, mas não se cumpriu as metas que estavam estabelecidas. E é exatamente por isso que está vindo esse projeto agora. Vamos esperar que agora se cumpram as metas e que haja, realmente, a universalização. Porque esse dinheiro, deputado Zé Neto, V.Ex^a sabe muito bem, não é nem do Tesouro Nacional não, esse dinheiro é aquilo que todo consumidor paga na conta de energia que é o recurso para que volte em forma de investimento na área de energia. Como V.Ex^{as} falavam aqui antes que o dinheiro não era do Tesouro do Estado não. O Tesouro do Estado colocava sim, mas esse dinheiro é o dinheiro que a Eletrobrás arrecada do consumidor que paga para que possa ser revertido em forma de implementação de projetos de energia, está certo?

(O deputado Zé Neto se manifesta fora do microfone)

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Inauguramos diversos: Luz para Todos, Luz no Campo. Esse recurso não é do governo estadual, não é do governo federal, é um recurso que o consumidor paga na sua conta de energia e que tem que voltar em forma de benefícios para serem implementados novos projetos de energia.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa) Aprovado por unanimidade.

Projeto de lei 17.641/08 de procedência do Poder Executivo que reorganiza a Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedur -, altera a finalidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder- e dá outras providências.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado Yulo Oiticica para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas passo a relatar:

(Lê) PARECER Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.641/2008, de autoria do Poder Executivo, o qual “Reorganiza a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur, altera a finalidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder– e dá outras providências”.

O projeto que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo reorganizar a Secretaria do Desenvolvimento Urbano - Sedur, e alterar a finalidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder.

A medida visa compatibilizar a estrutura da Sedur com as atuais necessidades da Administração Pública, “tornando o seu funcionamento ainda mais ágil e eficaz, na constante busca de melhoria de suas atividades voltadas para as áreas de urbanismo, habitação e saneamento básico, inclusive de zonas rurais, destacando-se ações no

âmbito da Política Estadual de Habitação de Interesse Social, do Programa de Qualidade das Obras Públicas da Bahia – QUALIOBRA, do Conselho Estadual das Cidades da Bahia – CONCIDADES/BA e Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – do Governo Federal”, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem.

Outro propósito do projeto é reordenar a estrutura da Conder, empresa pública vinculada à Sedur, que assumirá as atividades de planejamento urbano, permanecendo a Conder com a finalidade de executar as políticas de desenvolvimento urbano e habitacional do Estado, com responsabilidade sócio-ambiental.

De acordo com a proposição, a Sedur “tem por finalidade formular e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, de habitação, de saneamento básico e de assistência técnica aos municípios, bem como planejar, coordenar e controlar as atividades de edificações públicas”, tendo em sua estrutura:

I - Órgãos Colegiados:

- Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES;
- Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social;
- Conselho Estadual de saneamento Básico;

II – Órgãos da Administração Direta:

- Gabinete do Secretário;
- Coordenação de Informações Geográficas Urbanas;
- Superintendência de Planejamento e Gestão Territorial;
- Superintendência de Habitação;
- Superintendência de Saneamento;

Diretoria Geral;

III – Entidades da Administração Indireta:

- Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – Sucab;
- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder;
- Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa.

Com as modificações propostas na estrutura da Sedur, cuida ainda a proposição de alterar a estrutura de cargos em comissão do órgão, criando e extinguindo cargos para o atendimento às suas necessidades, de modo a adequar o quadro de pessoal à nova estrutura proposta.

O projeto recebeu três emendas, sendo a primeira de autoria do Deputado Javier Alfaya e as demais da Bancada da Oposição. A Emenda nº 1 propõe modificação no inciso I do art. 6º da proposição, para obrigar a participação das representações sindicais nos trabalhos de revisão dos regimentos e outros instrumentos regulamentares dos órgãos cuja estrutura é alterada. Opino pela rejeição, uma vez que Constituição Estadual, em seu art. 105, inciso XIX, estabelece a competência privativa ao Chefe do Poder Executivo para dispor sobre a organização e funcionamento dos órgãos da administração estadual na forma da lei. Além do mais, é cediço que o ato administrativo é **manifestação unilateral de vontade da Administração Pública** que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor

obrigações aos administrados ou a si própria, de modo que os atos que consubstanciam provimento ou ordem administrativa nascem sempre com imperatividade, ou seja, com a força impositiva, própria do Poder Público, e que obriga o administrado ao fiel atendimento, independentemente de sua concordância (MEIRELLES, 2003).

A emenda nº 2 propõe o acréscimo de um parágrafo ao art. 1º, determinando ao Poder Executivo a divulgação, através da internet, de relatório técnico gerencial semestral, contendo todos os atos e ações relativos à reorganização da Sedur e da Conder. Opino também pela rejeição, A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, *caput*, bem como a Constituição do Estado da Bahia, em seu art. 13, prescrevem que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A emenda nº 3 propõe a inclusão de parágrafo único aos arts. 4º e 5º, determinando o preenchimento dos cargos em comissão previstos nos respectivos artigos através de concurso público. Opino pela rejeição. A doutrina especializada ensina que os cargos em comissão (cujo provimento dispensa concurso público) são aqueles vocacionados para serem ocupados em caráter transitório por pessoa de confiança da autoridade competente para preenchê-los, a qual também pode exonerar *ad nutum*, isto é, livremente, quem os esteja titularizando (BANDEIRA DE MELLO, Celso A. **Curso de direito administrativo**. 18 ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 280).

Demais disso, o ordenamento jurídico pátrio também não impõe óbices para a composição de cargos em comissão com servidores não efetivos. Os cargos em comissão, portanto, são aqueles destinados ao livre provimento e exoneração, de caráter provisório, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, podendo recair ou não em servidor do Estado, porquanto estas atribuições demandam perfis específicos e compatíveis com a natureza das atividades de comando e assistência.

Por fim, objetivando o aperfeiçoamento da proposição, apresento as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 1:

Suprima-se a alínea *c*, do inciso I; e o §3º; ambos do artigo 2º do Projeto de Lei nº 17.641/2008, renumerando-se os demais dispositivos quando necessário.

Justificativa:-A supressão do Conselho Estadual de Saneamento Básico da estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - Sedur torna-se adequada, uma vez que a finalidade delineada para esse Conselho, qual seja formular e deliberar diretrizes para a política do Plano Estadual de Saneamento Básico, já está abrigada pelas finalidades e competências atribuídas ao Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES, de acordo com a Lei nº 10.704, de 12 de novembro de 2007 e Decreto nº 10.949, de 06 de março de 2008.

Emenda de Relator nº 2:

Fica acrescido um artigo ao Projeto de Lei nº 17.641/2008, que será o 5º, renumerando-se os demais com a seguinte redação:

“Art. 5º - O §2º do artigo 11 da Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11 – ...

§2º - A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER será dirigida por diretoria integrada por 01 (um) Diretor-Presidente, e até 04 (quatro) Diretores, todos nomeados pelo Governador, que exercerão ações relativas à Habitação, Obras Estruturantes, Equipamentos e Sistemas Viários e Administração e Finanças.

Justificativa: A nova redação visa adequar a estrutura da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER aos seus planos estruturantes,

possibilitando uma harmonia na execução dos seus projetos e a otimização dos seus trabalhos, notadamente os relacionados ao atual momento do Governo do Estado.

Ante o exposto, opino pela aprovação do projeto ora relatado, com as modificações introduzidas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.”

Este é o parecer, Sr. Presidente, no âmbito das Comissões.

Opino pela aprovação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a a verificação do quórum de votação no âmbito das Comissões e que informe à Casa quais são as envolvidas na apreciação deste projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. Waldenor Pereira:-Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, considerando a iniciativa do deputado Gildásio Penedo de solicitar verificação de quórum no âmbito das Comissões, queria lembrar aos deputados da nossa Bancada de governo que se faz necessária a presença deles em plenário, pois não há destinação de tempo para aguardar o processo de votação.

Por isso, na minha questão de ordem, Sr. Presidente, eu queria convocar os deputados e as deputadas da base da Situação para se deslocarem imediatamente até o Plenário desta Casa. E solicito também que os que estão aqui dentro não saiam, como o deputado Isaac e outros, porque são membros de comissão e vai haver votação agora. Não há possibilidade de ausência porque imediatamente serão convocados para o processo de votação neste Plenário.

Então eu queria convocar, conclamar, convidar todos os colegas deputados e deputadas das Comissões envolvidas, as de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento e de Educação, para se fazerem presentes, tendo em vista que há uma solicitação de verificação do quórum de votação.

Portanto, os membros das comissões devem estar presentes. Devem estar no Plenário, porque a ausência aqui representa a não-composição do quórum. De forma que convido todos os colegas membros das Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Serviço Público e de Finanças e Orçamento a se fazerem presentes ao Plenário, pois há uma solicitação de verificação do quórum de votação no âmbito das Comissões.

Por tudo isso, Sr. Presidente, queria solicitar a todos os colegas deputados e deputadas que compõem essas três Comissões que se desloquem imediatamente ao Plenário desta Casa para o processo de votação, tendo em vista que há um pedido de verificação do quórum de votação no âmbito delas. E, como não haverá destinação de tempo para o aguardo da presença dos parlamentares, é necessário que eles se façam presentes aqui dentro do Plenário - os membros das Comissões de Educação e Serviço Público, de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento.

É urgente a necessidade da presença dos colegas deputados e deputadas membros desses três Colegiados aqui neste Plenário, já que há um pedido de verificação do quórum de votação no âmbito deles. Estamos aguardando as presenças de alguns colegas membros dessas Comissões que já destaquei para o processo de votação.

É necessária, urgente a presença dos deputados que compõem as Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Orçamento e Educação e Serviço Público.

Sr. Presidente, eu queria mais uma vez conclamar as presenças dos membros dessas comissões, pois há uma solicitação de verificação quórum no âmbito delas. É o último projeto que será apreciado hoje.

Obrigado, Sr. Presidente. Era essa a nossa questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tendo em vista que não há um acerto para as verificações de quórum nas comissão, vou abrir 20 minutos. Por enquanto não foi acertado, depois vamos acertar com os Líderes. Concorde, deputado Gildásio?

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Javier Alfaya. O deputado Waldenor já usou 5 minutos, então restam 15.

O Sr. Javier Alfaya:- Sr. Presidente, é para registrar a melhoria do processo de debate e deliberação das matérias nesta Casa. Na proposição anterior, o relator foi o deputado João Carlos Bacelar, um dos principais Líderes da Oposição comandada

pelo Democratas, ex-PFL. Entretanto todas as vezes que parlamentares do Democratas vão à tribuna eles gostam de lembrar que agem de forma diferente do que fazia a Oposição ao governo Paulo Souto, votando a favor de matérias importantes para o governo da Bahia.

Nós já fizemos isso. Quero ser justo, porque eu mesmo já votei a favor de várias matérias enviadas pelo governado Paulo Souto, sendo da Oposição, reconhecendo a justeza e a importância para a Bahia daquela proposta.

Só que não havia uma coisa que existe hoje. Durante os 4 anos que fui Oposição aqui, deputado Yulo, nenhum opositor foi chamado para relatar matéria enviada pelo Poder Executivo. E nós demos ao deputado João Carlos Bacelar a honraria de dar o parecer a uma matéria do governador Jaques Wagner pedindo empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, que ele relatou favoravelmente. Isso revela a postura democrática tanto do nosso governador quanto da Maioria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Solicito ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada nominal no âmbito das três comissões.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Aderbal Fulco Caldas, procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum na Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Aderbal Fulco Caldas, procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quórum na Comissão de Constituição e Justiça.

(O Sr. 1º Secretário *ad hoc*, deputado Aderbal Fulco Caldas, procede à chamada nominal no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há número também na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Em votação no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17.641/2008

Reorganiza a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, altera a finalidade da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - A Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR, criada pela Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002, e modificada pela Lei nº 8.628, de 03 de junho de 2003, tem por finalidade formular e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, de habitação, de saneamento básico e de assistência técnica aos municípios, bem como planejar, coordenar e controlar as atividades de edificações públicas.

Art. 2º - A Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR tem a seguinte estrutura básica:

I - Órgãos Colegiados:

- a) Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES;
- b) Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social;

II - Órgãos da Administração Direta:

- a) Gabinete do Secretário;
- b) Coordenação de Informações Geográficas Urbanas;
- c) Superintendência de Planejamento e Gestão Territorial;
- d) Superintendência de Habitação;
- e) Superintendência de Saneamento;
- f) Diretoria Geral.

III - Entidades de Administração Indireta:

- a) Superintendência de Construções Administrativas da Bahia - SUCAB;
- b) Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER;
- c) Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA.

§ 1º - O Conselho Estadual das Cidades - CONCIDADES/BA tem por finalidade debater, formular e deliberar diretrizes para a política estadual de desenvolvimento urbano, bem como monitorar e avaliar a sua execução e a de programas, exercendo a integração e o controle social das políticas específicas de habitação, gestão fundiária, saneamento básico, planejamento e gestão territorial e de mobilidade urbana que a compõem.

§ 2º - O Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, órgão de caráter deliberativo, composto de forma paritária por órgãos e entidades integrantes do CONCIDADES/BA tem por finalidade garantir o controle social das ações financiadas com recursos do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS.

§ 3º - O Gabinete do Secretário tem por finalidade prestar assistência ao Secretário da Pasta em suas tarefas técnicas e administrativas, exercendo a competência relativa a sua representação social e política, ao preparo e encaminhamento do expediente, à coordenação do fluxo de informações e às relações públicas de interesse da Secretaria.

§ 4º - A Coordenação de Informações Geográficas Urbanas tem por finalidade desenvolver, manter e consolidar informações baseadas em tecnologias de geoprocessamento na área do desenvolvimento urbano, como suporte à tomada de decisão no âmbito da Secretaria.

§ 5º - A Superintendência de Planejamento e Gestão Territorial tem por finalidade formular a política estadual de desenvolvimento urbano e a política de mobilidade urbana e interurbana, elaborar estudos, programas e projetos de planejamento e gestão territorial, prestar assistência técnico-institucional aos municípios no planejamento e gestão do território urbano e estabelecer diretrizes para a gestão metropolitana.

§ 6º - A Superintendência de Habitação tem por finalidade formular e acompanhar a política estadual de habitação de interesse social, coordenar os programas e projetos de habitação de interesse social, envolvendo as ações de provisão da habitação, urbanização de assentamentos precários e regularização fundiária, através de uma ação integrada e cooperada entre órgãos públicos e entidades da sociedade civil e apoiar os municípios na formulação e execução das políticas municipais de habitação.

§ 7º - A Superintendência de Saneamento tem por finalidade coordenar, elaborar estudos, programas e projetos, visando à formulação, execução e acompanhamento da política estadual de saneamento básico e apoiando os municípios na implantação de modelos sustentáveis de saneamento.

§ 8º - A Diretoria Geral tem por finalidade a coordenação dos órgãos setoriais e seccionais dos sistemas formalmente instituídos, responsáveis pela execução das atividades de programação, acompanhamento, avaliação, estudos e análise,

administração financeira e de contabilidade, material, patrimônio, serviços, recursos humanos, modernização administrativa e informática.

Art. 3º - Ficam criados, na estrutura de cargos em comissão da SEDUR, 02 (dois) cargos de Diretor, símbolo DAS-2B, 11 (onze) cargos de Coordenador I, símbolo DAS-2C, 01 (um) cargo de Assessor Especial, símbolo DAS-2C, 01 (um) cargo de Secretário Executivo de Conselho, símbolo DAS-2C, 01 (um) cargo de Assessor Técnico, símbolo DAS-3, 24 (vinte e quatro) cargos de Coordenador II, símbolo DAS-3, 09 (nove) cargos de Assessor Administrativo, símbolo DAI-4, e 05 (cinco) cargos de Secretário Administrativo I, símbolo DAI-5, ao passo que ficam extintos 03 (três) cargos de Coordenador III, símbolo DAI-4.

Art. 4º - A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER passa ter a finalidade de executar as obras e ações imediatamente correlatas, inerentes às políticas de desenvolvimento urbano e habitacional no Estado da Bahia.

Art. 5º - O § 2º do artigo 11 da Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11 –

§ 2º - A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER será dirigida por diretoria integrada por 01 (um) Diretor Presidente e até 04 (quatro) Diretores, todos nomeados pelo Governador que exercerão ações relativas a Habitação, Obras Estruturantes, Equipamentos e Sistemas Viários e Administração e Finanças.”

Art. 6º - O quadro de cargos em comissão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR é o constante do Anexo Único que integra esta Lei.

Art. 7º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover, no prazo de até 90 (noventa) dias, os atos necessários:

I - à revisão dos regimentos e outros instrumentos regulamentares para adequação às alterações organizacionais decorrentes desta Lei;

II - às modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei, respeitados os valores globais constantes do orçamento vigente.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 06 de janeiro de 2008

Deputado Alvaro Gomes

Relator

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SEDUR

CARGO	SÍMBOLO	QUANTIDADE
Chefe de Gabinete	DAS-2A	01
Superintendente	DAS-2A	03
Diretor Geral	DAS-2B	01
Diretor	DAS-2B	08
Coordenador I	DAS-2C	23
Assessor Especial	DAS-2C	04
Diretor	DAS-2C	03
Secretário Executivo de Conselho	DAS-2C	01
Assessor Técnico	DAS-3	10
Assessor de Comunicação Social I	DAS-3	01
Coordenador II	DAS-3	31
Secretário de Gabinete	DAS-3	01
Assistente Orçamentário	DAI-4	02
Assessor Administrativo	DAI-4	10
Coordenador III	DAI-4	06
Oficial de Gabinete	DAI-5	02
Secretário Administrativo I	DAI-5	15
Secretário Administrativo II	DAI-6	05

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o único orador inscrito, deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, diferentemente da posição que adotei nos outros dois projetos, neste, nós temos que votar contrariamente. As medidas que o governador toma em relação à Conder não resolverão o problema daquele órgão, que se transformou em um monstro do governo do Estado. Justiça seja feita, essa deformação da Conder não vem deste governo, já vem de algum tempo atrás.

A Conder foi criada para ser o órgão responsável pela administração da Região Metropolitana de Salvador, o que hoje a Conder não faz de maneira nenhuma. Falta hoje à Região Metropolitana de Salvador um órgão, falta a implantação do Conselho da Região Metropolitana. Segundo, falta um órgão que articule as atividades comuns

a mais de um município da Região Metropolitana de Salvador. A Bahia tem regredido nessa área.

No que tange ao planejamento metropolitano, o Estado da Bahia não pratica o planejamento metropolitano já de algum tempo, e isso vem se acentuando agora na administração Wagner.

Para que V.Ex^{as} tenham uma idéia, os graves problemas, hoje, de transporte na Região Metropolitana, de coleta de lixo na Região Metropolitana, de planejamento e controle do uso do solo, todos esses problemas metropolitanos estão ao deus-dará, deputado Heraldo Rocha.

Quando vemos, hoje, que o problema da metropolização é um problema que adquire muito mais gravidade do que o próprio problema da urbanização, quando temos hoje uma Região Metropolitana, que por iniciativa de deputados cresceu, incorporou nos últimos dois anos mais três municípios, e continuamos sem a implantação do Conselho Estadual da Região Metropolitana e tampouco de um órgão especializado nessas graves questões .

Com um aparte o deputado Javier Alfaya.

O Sr. Javier Alfaya:- Deputado João , parabenizo pelo seu discurso e compartilho das mesmas preocupações. Fiz uma audiência pública aqui no Plenarinho desta Casa, junto quando esse projeto de lei chegou na Assembléia, e argumentei também com parte do argumento que o companheiro levantou agora.

A tradição brasileira é de pouco planejamento metropolitano regional. E, na Bahia, a tradição é praticamente inexistente. A Conder, que foi criada para ser um órgão de planejamento da Região Metropolitana, transformou-se também num órgão de execução de obras em todo Estado da Bahia, não apenas na Região Metropolitana. E nós precisamos disso. Dei alguns exemplos e queria compartilhar essa reflexão com o companheiro que foi presidente da Câmara de Salvador e sabe do meu interesse. Fui presidente da Comissão do Meio Ambiente e Planejamento na Câmara de Vereadores. E na minha condição de arquiteto, militante, ambientalista, na luta pelo processo democrático de planejamento eu penso o seguinte, deputado João: acredito que temos, pelo menos, algumas áreas da Bahia que deveriam merecer, imediatamente, atenção ao planejamento metropolitano regional. São elas: a Região Metropolitana de Salvador propriamente dita e a região de Itacaré e Ilhéus. Elas precisam disso porque irão receber a Rodovia Oeste/Leste e um novo aeroporto perto de Ilhéus, entre Ilhéus e Itacaré. Portanto haverá uma demanda, a chegada de novas infra-estruturas muito impactantes para as regiões, a chegada enorme de novas levas de turistas, uma demanda crescente de infraestrutura, saneamento etc, migração de gente nossa do interior que vai trabalhar nessas cidades e tudo mais. Temos a região de Barreiras, Luiz Eduardo Magalhães, outros tantos municípios, Juazeiro e seu entorno, juntamente com outro Estado que é Pernambuco, numa atividade interessante do governo Federal de integrar polos de estados diferentes em políticas combinadas.

Então V.Ex^a está de parabéns por ter levantado o tema do planejamento metropolitano e também o regional. Não vou falar de Feira de Santana e de tantos

outros lugares que merecem atenção, dei apenas um exemplo.

Então, no próximo ano, na Comissão, quando fizermos a eleição dos membros das comissões técnicas que possamos, pelo menos na Comissão de Desenvolvimento Econômico, puxar esse tipo de assunto que – acredito - é pertinente à Assembléia Legislativa.

Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Obrigado, deputado Javier Alfaya. V.Ex^a lembrou, realmente, outro grande problema que são as aglomerações urbanas que se formam através dessas cidades de porte médio.

Para voltar para a necessidade do planejamento metropolitano quero citar aqui o exemplo do governo federal. O governo federal está, hoje, editando políticas nacionais para a ocupação do litoral. Para que tenhamos só um exemplo, Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Mata de São João fazem parte de um litoral totalmente integrado. Cada prefeitura atua da sua maneira, cada administração que vem desmancha tudo o que a outra fez e não há, na verdade, um planejamento para essas regiões. Há um consórcio, mas é uma entidade informal que definida para o Litoral Norte engloba o município de Jandaíra, Conde, Esplanada e Entre Rios. Não deixa de ser uma tentativa e todas essas tentativas de coordenação horizontal são interessantes.

Saindo do aspecto técnico, temos também um aspecto político. O Sr. Governador, na Mensagem, diz que com essa proposição pretende compatibilizar a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano com as atuais necessidades, especificamente da Conder. Aí é que começa o problema. Todos nós sabemos das diferenças políticas entre a presidenta da Conder e o secretário de Desenvolvimento Urbano. Infelizmente, deputado Bira Coroa, não há estrutura organizacional que resolva a incompatibilidade entre o Dr. Afonso Florence e a ex-vereadora e ex-deputada Maria Del Carmem.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Contra os votos dos Srs. Deputados João Carlos Bacelar, Heraldo Rocha, Elmar Nascimento e Gildásio Penedo Filho.

Lembramos aos Srs. Deputados que amanhã teremos a votação de mais 4 projetos que estão na Ordem do Dia.

Aprovada a unanimidade, declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*

